



SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE
COMÉRCIO INTERNACIONAL
AGROPECUÁRIO

*Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em
atendimento ao que dispõe a Resolução do Senado Federal nº 44,
de 2013.*

Presidente: Senadora SORAYA THRONICKE
Relator: Senador LUIS CARLOS HEINZE

Brasília – DF
18 de dezembro de 2019

PREFÁCIO

O procedimento anual de avaliação e discussão de políticas públicas pelo Senado Federal foi estabelecido por meio da Resolução nº 44, de 2013. De acordo com esse diploma normativo, cabe às comissões permanentes da Casa realizarem a avaliação ora mencionada, contribuindo para promover mais efetividade à competência do Congresso Nacional inscrita no inciso X do art. 49 da Constituição Federal (CF) para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta. Ademais, a avaliação regular de políticas públicas no parlamento brasileiro contribui para divulgar, junto à sociedade brasileira, informações estratégicas para a gestão pública nacional, além de proporcionar subsídios capazes de dotar o processo legislativo de mais efetividade.

Diante do disposto na Resolução nº 44, de 2013, esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizou, em 2014, a avaliação de duas políticas públicas estratégicas para o agronegócio brasileiro: o Planejamento, a Execução e o Controle do Crédito Rural no Brasil; e as Políticas Públicas sobre Recursos Hídricos para a Agricultura na Região Semiárida Nordestina. Ao final do período de avaliação proposto, elaboraram-se relatórios em que se identificaram tanto as virtudes, como os desafios inerentes às políticas supracitadas, oportunidade em que se apresentaram encaminhamentos relacionados a medidas importantes para o aprimoramento dos mecanismos para a execução dessas políticas, a exemplo da identificação de possíveis proposições legislativas congruentes com as questões apontadas nos relatórios de avaliação.

Em 2015, a avaliação de políticas públicas realizada pela CRA concentrou-se na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), bem como na Política de Defesa Agropecuária. Nesse ano, as atividades de avaliação propostas pela CRA resultaram na apresentação de proposições relacionadas às duas políticas ora citadas, quais sejam:

- Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 790, de 2015, e PLS nº 10, de 2016, os quais visam a alteração da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para melhor estruturar as políticas de

financiamento e de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, públicos e privados; e

- PLS nº 326, de 2016, que *institui a Política Nacional de Defesa Agropecuária*, com a finalidade de proteção do meio ambiente, da economia nacional e da saúde humana.

O seguro rural no Brasil foi objeto da avaliação de política pública realizada pela CRA em 2016, oportunidade em que a Comissão apresentou o PLS nº 4, de 2017, que *estabelece a Política Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários*, definindo ações e instrumentos em um novo marco legal do tema. O PLS nº 4, de 2017, já foi objeto de audiência pública da CRA, bem como de emenda de minha autoria, a qual prevê a participação de entidades de representação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios nas comissões consultivas do Conselho Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários (Conagro), a quem o Projeto confere a responsabilidade de coordenar a nova Política.

Em 2017, esta Comissão optou por avaliar a política de Pesquisa Agropecuária no Brasil, proporcionando o debate sobre a atuação pública na esfera federal, sua integração com as esferas estaduais e municipais e com a iniciativa privada, bem como a necessidade de aprimoramentos ou inovações necessárias do marco legal existente.

Em 2018, as políticas públicas avaliadas pela CRA são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Garantia-Safra (GS). O relevo dessas políticas públicas reside, principalmente, no seu impacto social, pois, com o objetivo de promover a segurança alimentar e o dinamismo econômico da agricultura familiar, beneficiam um elevado número de pessoas, agricultores ou não, que se encontram nas camadas menos favorecidas da sociedade, muitas vezes, em situação de vulnerabilidade social.

As avaliações realizadas, consubstanciadas em relatórios em que se identificaram tanto as virtudes, como os desafios inerentes às políticas supracitadas, permitiram o encaminhamento de medidas para o aprimoramento dos mecanismos de execução dessas políticas, como a realização de audiências públicas para o debate de questões específicas e a apresentação de proposições legislativas.

Por meio da realização dessas atividades, pretende-se analisar tanto a importância da pesquisa agropecuária para a economia agropecuária brasileira, como os desafios atuais inerentes à execução dessa pesquisa. Ao final, apresentam-se encaminhamentos com

sugestões de medidas a serem adotadas pelo Poder Público que visem à superação dos desafios identificados, de modo a possibilitar à pesquisa agropecuária as condições necessárias para que o agronegócio brasileiro mantenha sua sustentabilidade em contexto de relações econômicas internacionais cada vez mais dinâmicas e competitivas, de mudanças climáticas e de demandas de preservação ambiental, como se constata no século XXI.

As atividades propostas e aprovadas em plano de trabalho visaram a promover o conhecimento público de dados e informações concretas acerca dessas políticas, proporcionando o debate sobre a atuação governamental na esfera federal, sua integração com as esferas estaduais e municipais e com a iniciativa privada.

Senador LUIS CARLOS HEINZE
Relator

Sumário

1. Apresentação.....	1
2. Linhas mestras da metodologia para avaliação da política de Comércio Internacional Agropecuário	1
3. A Proposta do Plano de Trabalho de Avaliação do Comércio Internacional Agropecuário.....	3
4. Análise das audiências públicas de instrução da avaliação da política pública de Comércio Internacional Agropecuário	8
4.1. Ministério da Economia.....	8
4.2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	12
4.3. Ministério das Relações Exteriores (MRE)	16
4.4. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	18
4.5. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	19
4.6. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae Nacional 22	
4.7. Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).....	23
4.8. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA	25
4.9. Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados - Abrafrutas.....	26
4.10. Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia)	27
4.11. Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec).....	31
4.12. Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).....	34
4.13. Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz - FEALQ/USP	38
4.14. Universidade Federal de Viçosa (UFV).....	38
4.15. Banco do Brasil (BB)	39
4.16. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	40
4.17. Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP).....	41
4.18. Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE).....	42
4.19. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	45
4.20. Ministério das Relações Exteriores (MRE)	49
4.21. Ministério da Economia (ME)	49
5. Conclusões.....	50
6. Encaminhamentos	51
Anexo	53

1. Apresentação

Em decorrência da aprovação do Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) nº 8, de 2019, de autoria da Senadora SORAYA THRONICKE, nos termos dos arts. 90, inciso IX, 96-B (incluído pela Resolução nº 44, de 2013) e 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão decidiu, em Reunião Extraordinária, realizada em 27/3/2019, selecionar para avaliação, no ano de 2019, a Política de Comércio Internacional Agropecuário.

A avaliação de políticas públicas empreendida por esta Comissão teve por objetivo trazer ao conhecimento público e analisar dados e informações concretas acerca das políticas e ações relacionadas às exportações de produtos agropecuários brasileiros e importações de produtos de outros países, proporcionar o debate sobre a atuação governamental na esfera federal, sua integração com as esferas estaduais e municipais e com a iniciativa privada, e eventualmente propor os aprimoramentos ou inovações necessárias dos marcos legais existentes.

Ressalta-se que a avaliação de uma política pública corresponde, em última instância, ao julgamento dos impactos sobre a vida das pessoas, sobre as empresas, organizações sociais, as cadeias produtivas, sobre as diferentes regiões e a economia do País. Cabe aos gestores das políticas promoverem, por meio de elementos técnicos bem definidos, seu planejamento, a avaliação de seus resultados e as ações necessárias ao seu aperfeiçoamento. Foram esses os objetivos almejados pela CRA, com a avaliação da Política de Comércio Internacional Agropecuário.

2. Linhas mestras da metodologia para avaliação da política de Comércio Internacional Agropecuário

A presente avaliação da política de Comércio Internacional Agropecuário adotou como parâmetro metodológico o “Referencial para Avaliação de Políticas Públicas no Senado Federal”, elaborado pelas Consultorias Legislativa e de Orçamentos do Senado Federal¹.

A avaliação de políticas públicas pode ter como objeto a estrutura, os processos ou os resultados da política em análise. Enquanto a estrutura diz

¹ Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/referencial-para-avaliacao-de-politicas-publicas-no-senado-federal-2015/RefPPub-2015>. Acesso em 23/11/2017.

respeito aos recursos materiais e humanos adequados à consecução dos objetivos da política, os processos abrangem o conjunto de regras e procedimentos que norteiam a sua execução, ao passo que os resultados correspondem à repercussão das ações na realidade social.

Cada um desses objetos pode ser avaliado quanto às dimensões economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Enquanto a dimensão economicidade focaliza o custo dos insumos alocados para a execução da política, a dimensão eficiência aborda a otimização da relação existente entre insumo e produto. A dimensão eficácia avalia o alcance dos objetivos definidos em termos de entrega de bens e serviços, diferenciando-se da dimensão efetividade, que tem por escopo investigar a repercussão da política avaliada na realidade social.

Quanto aos objetivos, a atividade de monitorar os resultados e processos das políticas públicas deve primar por: *(i) trazer ao conhecimento público e proporcionar o debate sobre a atuação governamental em benefício da sociedade e (ii) propor ajustes e aprimoramentos nas políticas públicas, quando necessários e oportunos*².

Ainda conforme o citado documento:

Para o cumprimento dessa função, as equipes de assessoramento envolvidas na avaliação de políticas públicas no Senado poderão trabalhar em dois níveis. No primeiro, quando coletam dados e informações e os consolidam diretamente para produzir um relatório de avaliação. Sob esse prisma, a aproximação com as equipes do TCU é essencial para fortalecer a integração entre as instâncias responsáveis pelo controle externo. No segundo nível, complementar ao primeiro, as equipes de assessoramento analisam e consolidam informações constantes de estudos e avaliações previamente realizados por outras instituições, tais como relatórios produzidos por universidades, centros de pesquisa e instituições privadas, pelos próprios órgãos responsáveis pela execução da política avaliada, por organizações internacionais e, especialmente, os relatórios de auditorias anteriormente realizadas pelo TCU.

A partir dessa definição, as atividades necessárias à avaliação proposta concentraram-se na revisão da bibliografia referente ao tema, na análise da legislação correlata, e na realização de audiências públicas, conforme cronograma aprovado no plano de trabalho. Cumpre destacar que a avaliação realizada não exauriu todas as análises possíveis da política de Comércio

² Vide “Referencial para Avaliação de Políticas Públicas no Senado Federal”, pág. 4.

Internacional Agropecuário no Brasil, mas teve o condão de abordar os aspectos mais relevantes e críticos dessa política, fundamental para a economia brasileira.

Cabe ressaltar, por fim, que a intervenção primordial do Poder Legislativo nas análises de políticas públicas deve ter como alvo preferencial as questões estruturantes da ação governamental, ou seja, aquelas cuja relevância e perenidade justifiquem sua modificação ou consolidação na ordem jurídica por meio de lei, ou aprimorem seus processos fiscalizatórios. Por meio desse critério, busca-se evitar a ocupação da agenda legislativa com questões passíveis de serem resolvidas no âmbito do Poder Executivo, sem a necessidade de intervenção direta do Congresso Nacional.

3. A Proposta do Plano de Trabalho de Avaliação do Comércio Internacional Agropecuário

Objetivamos com este trabalho avaliar a evolução do agronegócio na balança comercial brasileira, a participação do País no conjunto das exportações e importações mundiais de produtos agropecuários e agroindustriais, o fluxo de produtos e valores entre Brasil e os principais parceiros comerciais, bem analisar os instrumentos de financiamento e mecanismos de apoio à exportação.

Paralelamente objetivamos identificar quais as principais organizações, acordos e convenções internacionais e regionais de comércio, e avaliar seu histórico, seu papel e desempenho atual. No âmbito nacional, o objetivo é identificar a evolução dos principais marcos regulatórios no âmbito da legislação federal, e os que atualmente determinam as estratégias, as políticas públicas, as responsabilidades institucionais no âmbito do Governo Federal e o papel das organizações do setor privado.

Por exemplo, buscou-se avaliar como estão estruturadas e quais os resultados e perspectivas das seguintes ações ou políticas públicas, atualmente no âmbito do Ministério da Economia:

- Plano Nacional da Cultura Exportadora – PNCE;
- Vitrine do Exportador – VE, que tem como objetivo divulgar as empresas brasileiras, seus produtos e serviços no mercado internacional;

- Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX), criados com o objetivo de estimular uma maior participação do empresariado brasileiro no contexto internacional;
- Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior – Redeagentes, programa criado com o propósito de difundir a cultura exportadora e estimular a inserção de empresas de pequeno porte no mercado externo;
- Aprendendo a Exportar, ação voltada para o aprendizado dos procedimentos operacionais da exportação;
- Guia de Comércio Exterior e Investimentos (Invest e Export Brasil);
- Comex Responde, de solução de dúvidas sobre comércio exterior,
- Programa Portal Único de Comércio Exterior (Portal Siscomex);
- Sistema para extração de relatórios personalizados sobre os dados do comércio exterior brasileiro – Comex Stat;
- Sistema de visualizações interativas sobre os dados do comércio exterior brasileiro – Comex Vis;
- Sistema para solução de dúvidas sobre assuntos pertinentes ao comércio exterior brasileiro – Comex Responde;
- Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul – SECEM;
- Sistemas de divulgação de dados detalhados de comércio exterior de diversos países do mundo – Comtrade e Trade Map;
- Programa de Financiamento às Exportações – Proex;
- Sistema de divulgação de dados de comércio exterior dos países membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) – SICOEX – ALADI.

Interessou saber em que estágio estão as negociações bilaterais (China, EUA, etc.) e com blocos, como o Mercosul, União Europeia e países árabes, envolvendo exportações e importações de produtos agropecuários? Que outras oportunidades se apresentam para os produtos brasileiros?

No âmbito da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SRI/MAPA, objetivamos conhecer quais são os dados disponíveis dos sistemas de informação a seguir, e como se relacionam com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do agronegócio e do meio rural brasileiro:

- Sistema de controle de ADIDOS;

- Sistema Integrado de Informações Estratégicas de Negociações Internacionais – SIENI;
- Sistema de Eventos – AGROEVENTOS;
- Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro – AGROSTAT.

Como tais informações se integram às do Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários – SIGVIG, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA?

Há acordos dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto Revisada). Estão em andamento negociações de acordos comerciais internacionais, acordos sanitários e fitossanitários, contenciosos agrícolas e deliberações em fóruns bilaterais e multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Qual tem sido o empenho do Governo Brasileiro na participação destes acordos?

E qual é a atuação e quais são as demandas do setor privado, em relação ao apoio do Estado na promoção de exportações? São estas, entre outras, questões que buscamos trazer ao debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Foram planejadas seis audiências públicas, realizadas em 3 reuniões da Comissão, a saber:

Em 21/08/2019. Reunião Extraordinária (21ª reunião)

Primeira Audiência Pública, em 2 mesas:

- 1ª Mesa: Tema: Comércio Exterior na ótica governamental - Apresentação das atribuições institucionais dos ministérios, das políticas públicas, planos e programas de comércio internacional, sistemas de informação e controle sob sua responsabilidade e seus resultados. Convidados: Mapa, MRE e ME.

- 2ª Mesa: Tema: O papel dos fomentadores públicos de exportação - Papel institucional e atuação das organizações estatais no apoio ao comércio internacional agropecuário (estatísticas, diagnóstico, avaliação e desafios

futuros). Convidados: Camex/ME, IBGE, Conab, Embrapa, Sebrae Nacional e Apex-Brasil.

- Norberto Moretti - Embaixador e Secretário de Política Externa Comercial e Econômica do Ministério das Relações Exteriores - MRE
- Herlon Alves Bransão - Subsecretário de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior do Ministério da Economia - ME
- Octávio Costa de Oliveira - Coordenador de Agropecuária do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE
- Guilherme Soria Bastos Filho - Diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
- Celso Luiz Moretti - Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa
- Cesar Reinaldo Rissete - Gerente da Unidade de Competitividade do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae Nacional

Em 25/09/2019. Reunião Extraordinária (26ª reunião)

Segunda Audiência Pública, em 2 mesas:

-1ª Mesa Tema: Atuação do setor privado no processo de exportação - Iniciativas e recepção de demandas do setor privado em relação ao papel do Estado e sua atuação. Convidados: CNA, Abiec, Abrafrutas, Abia, Anec e OCB.

-2ª Mesa Tema: Contribuição da academia e dos institutos de pesquisa ao dilema da exportação - Estudos acadêmicos sobre a pesquisa agropecuária e seus impactos no setor agropecuário exportador e nas cadeias do agronegócio. Convidados: Centro de Estudos do Agronegócio/FGV, Escola Superior de Agricultura/USP, UFV e Ipea.

- Camila Nogueira Sande - Coordenadora de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Jorge Luis Raymundo de Souza - Diretor de Projetos da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados - Abrafrutas.
- Beatriz Milliet - Diretora de Relações Institucionais e Inteligência Competitiva da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos - Abia

- Sérgio Castanho Teixeira Mendes - Diretor-Geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – Anec
- Rogério Croscato - Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB
- Sérgio de Zen - Professor Doutor e Diretor-Presidente da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz - Esalq/USP
- Orlando Monteiro - Professor Doutor Titular da Universidade Federal de Viçosa, na área de Economia Internacional.

Em 30/10/2019 - Reunião Extraordinária (33ª reunião)

Terceira Audiência Pública, em 2 mesas:

- 1ª Mesa Tema: Financiamento da exportação agropecuária, seus impactos no setor produtivo e nas cadeias do agronegócio. Convidados: Financiadora de Inovação e Pesquisa - Finep; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Banco do Brasil; Cargill Brasil.

- 2ª Mesa Tema: Análise dos acordos bilaterais (China, países árabes, etc) e multilaterais (Mercosul, UE, etc) - desempenho passado e desafios para o futuro. Convidados: Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia.

- André do Nascimento Fernandes - Gerente do Departamento de Agronegócios e Alimentos da Financiadora de Inovação e Pesquisa - FINEP
- Mauro Arnaud de Queiroz Mattoso - Chefe do Departamento do Complexo Agroalimentar e de Biocombustíveis do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
- Alessandra Aranda - Gerente de Soluções da Unidade Comércio Exterior do Banco do Brasil
- Andre Nassar - Representante da Cargill Brasil e Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
- Paula Aguiar Barboza- Coordenadora-Geral de Negociações Comerciais Extrarregionais do Ministério das Relações Exteriores - MRE
- Ana Lúcia Gomes - Diretora de Comércio e Negociações Comerciais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa

- João Luís Rossi - Subsecretário-Adjunto de Negociações Internacionais do Ministério da Economia

4. Análise das audiências públicas de instrução da avaliação da política pública de Comércio Internacional Agropecuário

4.1. Ministério da Economia

Na sua Estrutura Regimental, disciplinada pelo Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o Ministério da Economia, tem entre suas áreas de competência:

- fiscalização e controle do comércio exterior
- políticas de comércio exterior;
- regulamentação e execução dos programas e das atividades relativas ao comércio exterior;
- aplicação dos mecanismos de defesa comercial;
- participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior

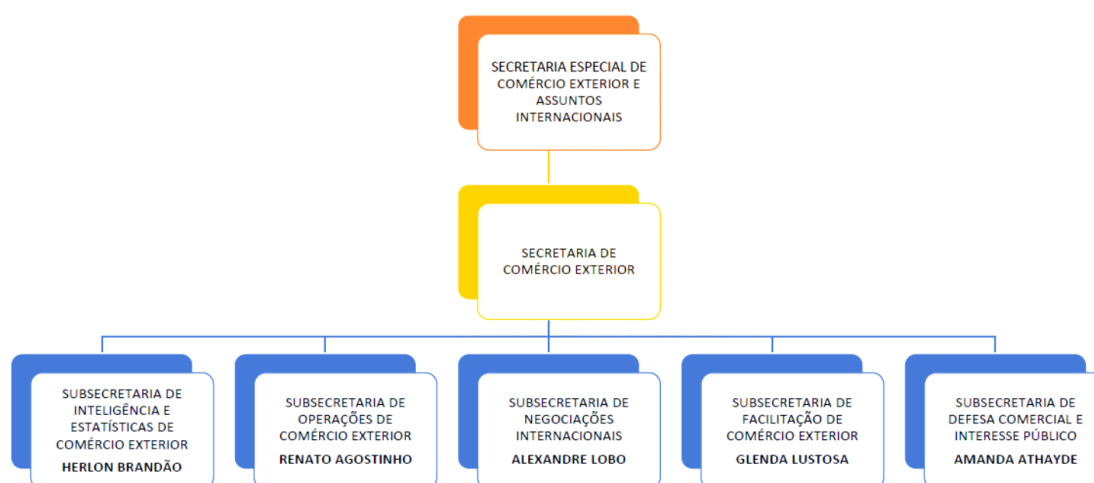
O Ministério possui, entre suas 7 secretarias especiais, a de Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, à qual compete:

- I - editar os atos normativos relacionados ao exercício de suas competências;
- II - supervisionar as seguintes matérias de competência do Ministério:
 - a) políticas de comércio exterior;
 - b) regulamentação e execução dos programas e das atividades relativas ao comércio exterior;
 - c) aplicação dos mecanismos de defesa comercial;
 - d) participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior; e
 - e) formulação de diretrizes, coordenação das negociações e acompanhamento e avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais;
- IX - coordenar medidas de conformidade, integridade e gestão de riscos do Seguro de Crédito à Exportação aplicáveis às áreas da Secretaria Especial
- X - apoiar os programas e os projetos de cooperação e a sua articulação com organismos internacionais; e

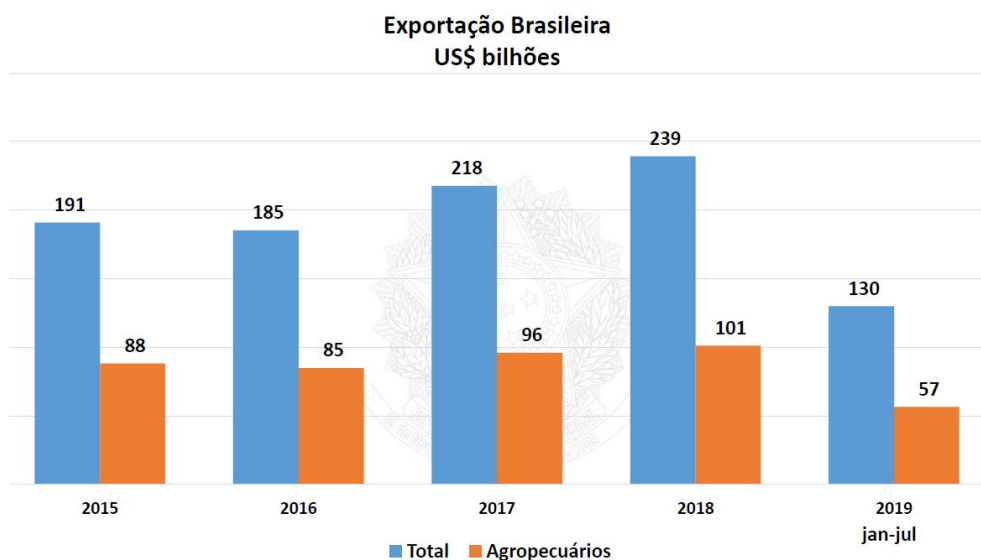
XI - representar o Ministério nas negociações e nos foros internacionais de natureza econômico-comerciais e econômico-financeiros multilaterais, plurilaterais, regionais e bilaterais.

A Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais está subdividida em 3 secretarias:

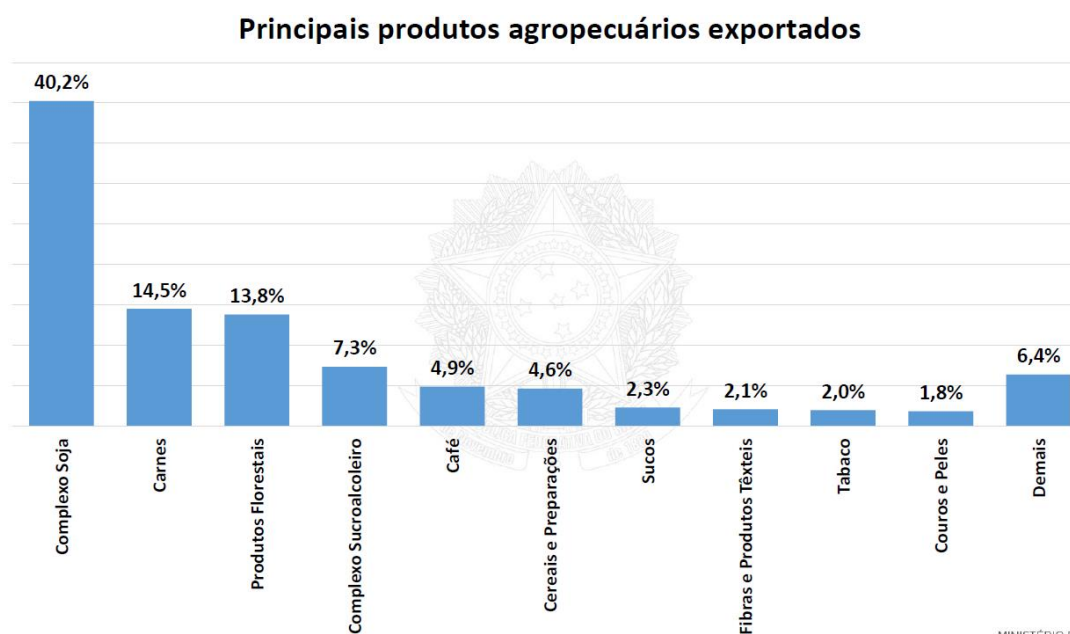
- Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior, com 3 subsecretarias: de Estratégia Comercial, de Investimentos Estrangeiros, e de Financiamento ao Comércio Exterior),
- Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais, com e subsecretarias: de Instituições Internacionais de Desenvolvimento, de Finanças Internacionais e Cooperação Econômica, e de Financiamento ao Desenvolvimento e Mercados Internacionais, e
- Secretaria de Comércio Exterior, organizada em cinco subsecretarias, conforme organograma a seguir:



Conforme Herlon Alves Brandão, representante do Ministério, as exportações brasileiras cresceram, entre 2016 e 2018, de US\$ 185 bilhões para US\$ 239 bilhões sendo, destes, US\$ 101 bilhões (42,2%) de produtos agropecuários.

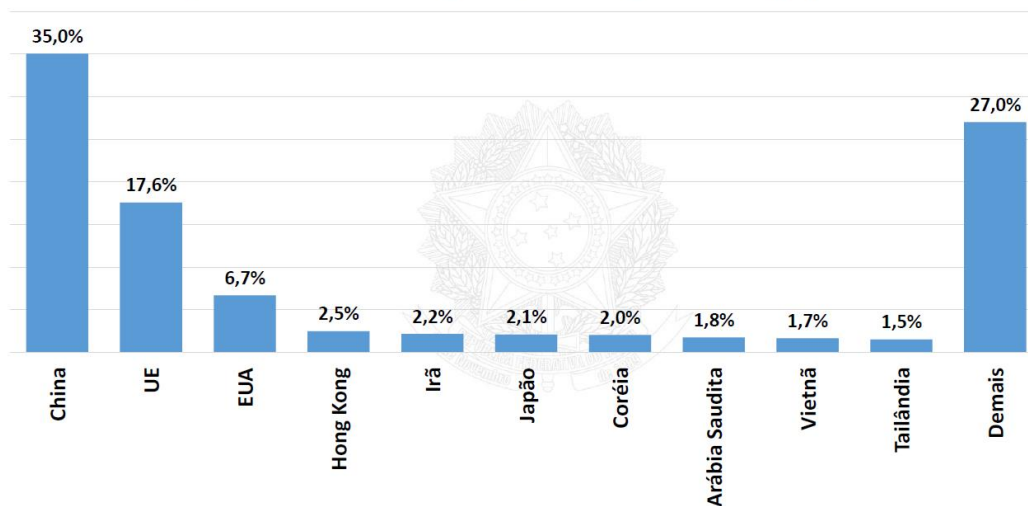


Quarenta por cento do valor exportado diz respeito a produtos como soja em grão, óleo e farelo; em segundo lugar, temos as carnes, com cerca de 15%; e produtos florestais, como a celulose, principalmente, e açúcar, etanol, café, cereais, milho, principalmente, ali naqueles cereais, preparações, sucos, fibras de produtos têxteis, algodão, basicamente, tabaco, couros e peles, e os demais. Essa composição da pauta brasileira garante uma grande diversidade de destinos, porque o Brasil é um grande fornecedor mundial de carnes para todos os destinos.



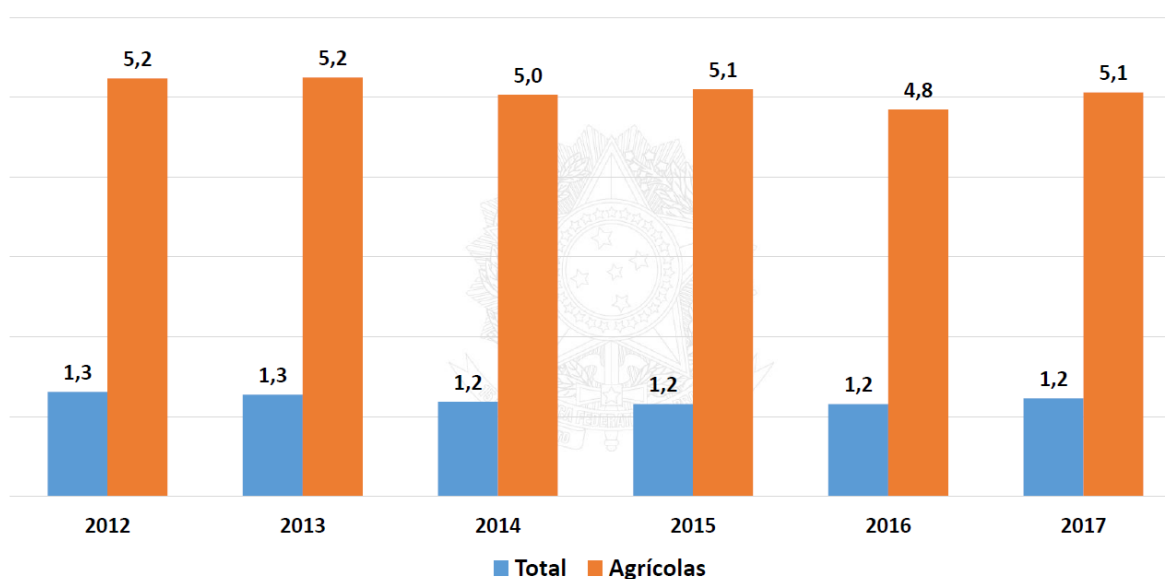
A China é responsável por 35% do destino; depois, a União Europeia; Estados Unidos; Hong Kong; Irã; Japão – os países asiáticos; Coreia; Arábia Saudita; Vietnã; Tailândia e demais.

Principais destinos das exportações dos produtos agropecuários



O Brasil, apesar de ser uma das maiores economias do mundo, tem uma participação tímida no comércio internacional. Em 2017, participou só com 1,2% da exportação mundial – o 26º maior exportador, mesmo estando entre as dez maiores economias do mundo. Isso se dá muito por que o Brasil tem um desempenho pior na exportação de produtos industrializados. Mas a participação do Brasil é acima de 5% no comércio mundial de produtos agrícolas.

Participação do Brasil na exportação mundial



Após o período de desgravação do acordo, produtos agrícolas de grande interesse do Brasil terão suas tarifas eliminadas, como suco de laranja, tabaco, frutas (melões, melancias, abacaxi, abacate, entre outras), café solúvel, peixes, crustáceos e óleos vegetais. Além disso, os exportadores brasileiros também terão acesso preferencial para carnes bovina, suína e de aves, açúcar, etanol, arroz, ovos e mel.

O Brasil vai ter a preferência de 100% em suco de laranja, tabaco, frutas, café solúvel, peixes, crustáceos, óleos vegetais e outros produtos, e também cotas de exportação muito significativas para carnes – bovina, suína e de aves – açúcar, etanol, arroz, ovos e mel. Além do Mercosul-União Europeia, também há a negociação com o EFTA, que são os países da área de livre comércio da Europa, que são basicamente Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein, também com grandes perspectivas de se resolver logo essa negociação. E há um interesse em negociação também com Coreia, com Canadá, com grande interesse ofensivo do Brasil nesses mercados.

O Brasil tinha uma meta de reduzir o tempo de trâmite aduaneiro de exportação em 40% – eram 13, 15 dias, e conseguimos diminuir mais de 50%: de 13, hoje temos 6 dias, 6,5 dias em média para se exportar um bem no Brasil, abaixo da média dos países da OCDE, que é de 7 dias.

É mais relevante ainda continuarmos com o projeto e implementarmos isso na importação também. Também temos uma meta de redução de 50% no tempo de importação. Isso é insumo mais barato para o produtor.

4.2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Flávio Campestrin Bettarello, Secretário-Adjunto da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), esclareceu que o Ministério tem outras 4 secretarias, além do Serviço Florestal Brasileiro. O Secretário-Adjunto lembrou que em 2050, nós teremos 10 bilhões de habitantes no mundo, e que todos precisam ter acesso aos alimentos da melhor qualidade possível. Afirmou que o objetivo é a sustentabilidade, e não apenas sustentabilidade ambiental, mas uma sustentabilidade social e econômica.

A Secretaria estruturada em 3 departamentos (de Comércio e Negociações Comerciais; de Temas Técnicos, Sanitários e Fitossanitários; e de

Promoção Internacional possui as seguintes competências, conforme o Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019:

I - formular propostas de políticas e programas de comércio exterior agrícola, coordenar a participação e representar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em negociações internacionais concernentes aos temas de interesse da agricultura, da pecuária, da aquicultura e da pesca;

II - analisar e acompanhar a evolução e a implementação de atos internacionais, de financiamentos externos e de deliberações relativas à política externa e comercial para a agricultura, a pecuária, a aquicultura e a pesca, em âmbito bilateral, regional e multilateral, incluídas as questões que afetem a oferta de alimento e que apresentem implicações para a agricultura, a pecuária, a aquicultura e a pesca;

III - coordenar e promover o desenvolvimento de atividades, em âmbito internacional, em articulação com os demais órgãos da administração pública federal e com representantes do setor privado, nas áreas de:

a) promoção comercial da agricultura, da pecuária, da aquicultura e da pesca;

b) atração de investimentos estrangeiros e internacionalização de empresas brasileiras;

c) cooperação técnica; e

d) contribuições e financiamentos externos;

IV - acompanhar e participar da formulação e da implementação de medidas de defesa comercial;

V - elaborar estratégias para o fomento da agricultura, da pecuária, da aquicultura e da pesca nacionais em cooperação com outros órgãos e entidades da administração pública federal e do setor privado;

VI - analisar a conjuntura e as tendências do mercado externo para os produtos da agricultura, da pecuária, da aquicultura e da pesca;

VII - coordenar, acompanhar, analisar e avaliar as atividades de adidos agrícolas brasileiros no exterior;

VIII - representar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em organismos internacionais, assim como coordenar e acompanhar, em articulação com outras unidades do Ministério, a implementação de decisões daqueles organismos;

IX - disponibilizar e atualizar banco de dados relativo às estatísticas de comércio exterior agrícola brasileiro, aos requisitos dos mercados importadores e aos históricos das negociações e dos contenciosos

relativos à agricultura, à pecuária, à aquicultura e à pesca, assim como os principais riscos e oportunidades potenciais às cadeias produtivas;

X - assessorar os demais órgãos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e participar, nos temas de sua competência, na elaboração da política agrícola nacional;

XI - assistir o Ministro de Estado e os dirigentes das unidades organizacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na coordenação, na preparação e na supervisão de missões e de assuntos internacionais, bilaterais e multilaterais;

XII - coordenar a atuação em fóruns de negociações internacionais que incluam temas de interesse da agricultura, da pecuária, da aquicultura e da pesca; e

XIII - promover, no âmbito de competência da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais:

a) a elaboração, a execução, o acompanhamento e a avaliação de planos, programas e ações; e

b) a celebração de convênios, de contratos, de termos de parceria e de cooperação, de acordos, de ajustes e de outros instrumentos congêneres, que compreendam:

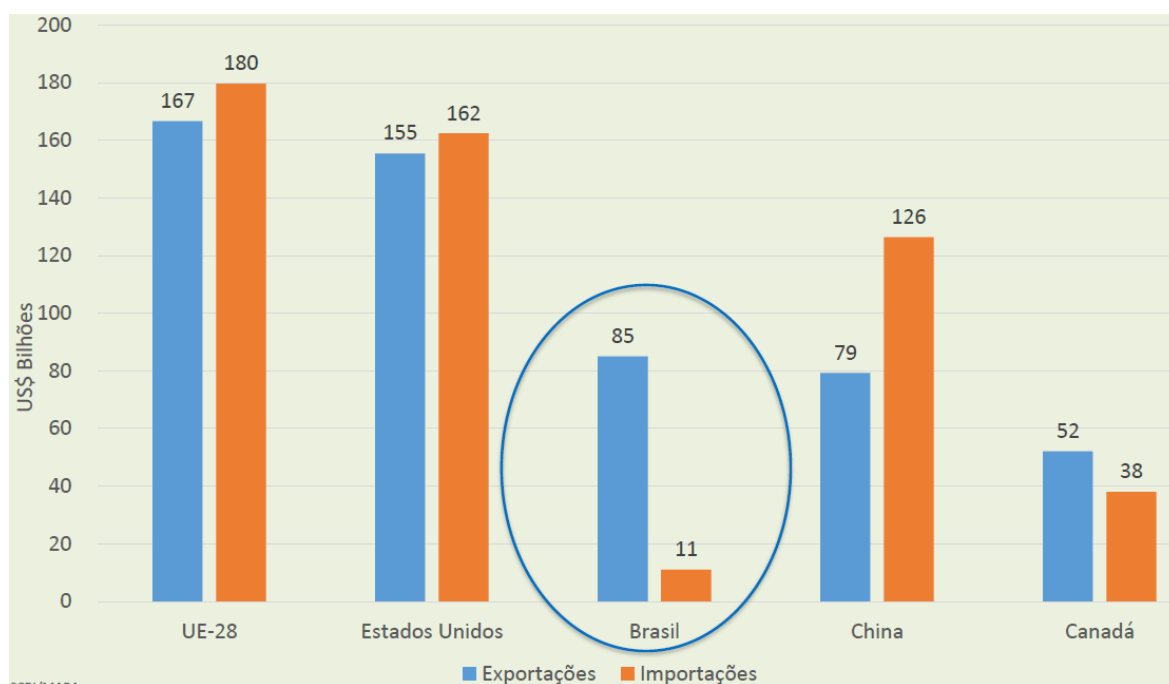
1. a análise, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos planos de trabalho;

2. a análise e a aprovação de prestações de contas dos planos de trabalho; e

3. a supervisão e a auditoria dos planos de trabalho.

O Secretário-Adjunto mostrou que o Brasil precisa se abrir para importações, uma vez que, comparado à União Europeia, Estados Unidos, China e Canadá, os maiores exportadores agrícolas, é o único que

Maiores Exportadores Agrícolas Mundiais - 2018



Fonte: Trademap. Elaboração SCRI/MAPA.

(1) Inclui produtos listados no Anexo 1 do Acordo Agrícola da OMC -1994, incluído pescados.

(2) Exclui o intracomércio da UE-28.

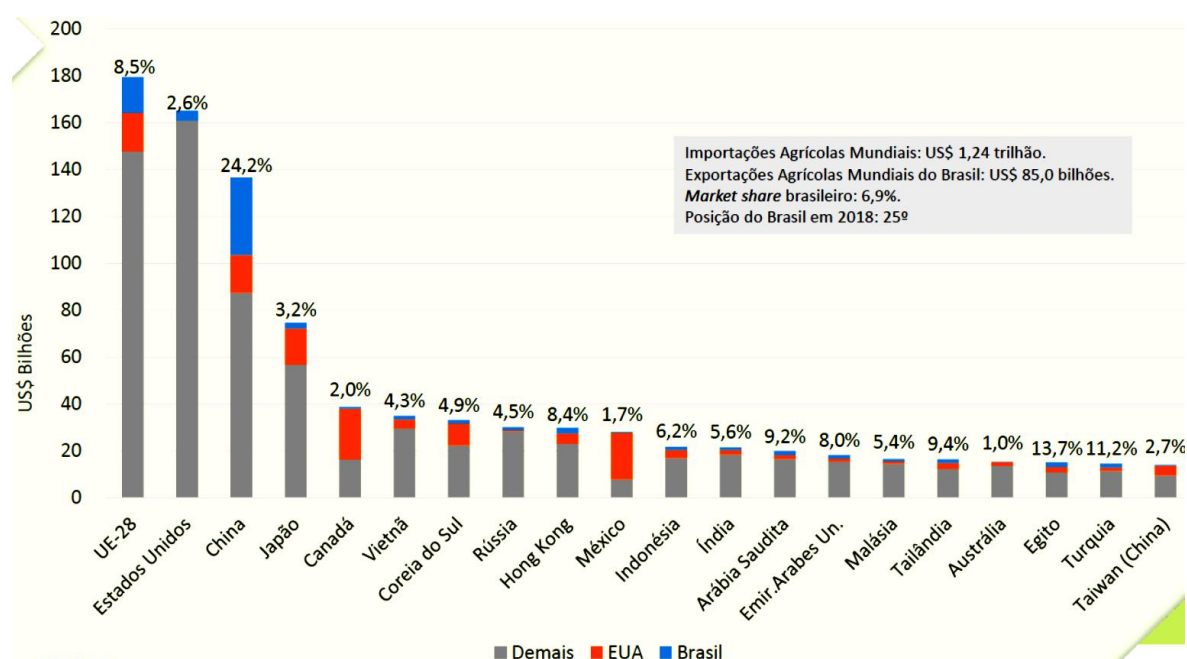
(3) Dados extraídos em julho/2019. Sujeitos a alteração.

Em 2018, dos 24 grandes setores do comércio agropecuário mundial, o Brasil conseguiu market share acima de 1% em 13 setores, enquanto obteve market share abaixo de 1% em onze setores. Mas esses onze setores representaram 52% do valor do comércio mundial agropecuário em 2018. Em 2018, a China obteve market share superior a 1% em 20 dos 24 setores, e os Estados Unidos conseguiram market share acima de 1% em todos os setores.



Pelo gráfico a seguir, é visível que a maior parte do valor das exportações agrícolas do Brasil são direcionadas para a China, seguida pela União Europeia e Estados Unidos. Conforme o Secretário-Adjunto, em alguns mercados a presença brasileira ainda muito tímida, como no México, por exemplo, e mesmo a Austrália, que é grande exportadora, mas também têm demandas de importação importantes, assim como os mercados asiáticos. Então, a agenda de diversificação de mercados é, sim, muito importante.

Principais Importadores Agrícolas Mundiais em 2018



Fonte: Trademap. Elaboração SCRI/MAPA.

(1) Inclui produtos listados no Anexo 1 do Acordo Agrícola da OMC -1994, incluído pescados.

(2) Exclui o intracomércio da UE-28.

(3) Dados extraídos em julho/2019. Sujeitos a alteração.

4.3. Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Cumprir destacar que o MRE possui, entre suas 7 secretarias, a Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos, composta pelos seguintes departamentos

1. Departamento de Organismos Econômicos Multilaterais;
2. Departamento de Promoção Tecnológica;
3. Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura;

4. Departamento de Promoção do Agronegócio;
5. Departamento de Promoção de Serviços e de Indústria; e
6. Agência Brasileira de Cooperação;

Atendendo à demanda do setor privado por um mecanismo estruturado para canalização de demandas relativas a barreiras comerciais, o Governo Federal instituiu, por meio do Decreto nº 9.195, de 9 de novembro de 2017, o Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações - SEM Barreiras. O MRE atua diretamente nesse front, com vistas à eliminação ou flexibilização da medida, por meio de várias ferramentas:

- gestões junto ao país que adotou a medida, tanto técnicas (motivações técnicas, legalidade, razoabilidade) quanto políticas;
- discussão do tema em reuniões bilaterais (Comissões Mistas, comissões administradoras de acordos bilaterais, visitas, encontros bilaterais);
- discussão do tema em foros internacionais (Mercosul, OMC, Codex Alimentarius, etc.);
- definição de marcos regulatórios aceitáveis ou demandas específicas em negociações de acordos comerciais bilaterais ou multilaterais; e
- questionamento no sistema de solução de controvérsias da OMC.

O MRE foi representado pelo Secretário de Política Externa Comercial e Econômica, Embaixador Norberto Moretti. Segundo o Embaixador, a Secretaria de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas conduz as negociações em coordenação com os Ministérios e órgãos pertinentes. No caso da agenda agrícola, de modo muito estreito, com o MAPA, e com o Ministério da Economia. Na distribuição, na alocação de responsabilidades entre as várias Secretarias, a ela cabe conduzir as negociações regionais, com o Mercosul, União Europeia, Canadá, EFTA, e a Coreia do Sul.

As competências do Itamaraty vão além do setor agrícola e se estruturam em três grandes vertentes: política comercial, promoção comercial e investimentos. Em política comercial há a parceria estreita com o MAPA – de identificação e remoção de barreiras que surgem em vários países por diferentes razões, em diferentes momentos.

O número de adidos agrícolas vai ser ampliado, conforme o Embaixador, até o limite hoje estabelecido de 25, numa cooperação de promoção comercial em cooperação estrita do Itamaraty com a Apex. Para o Embaixador, a vantagem comparativa do Itamaraty é a sua imensa capilaridade no exterior, com 121 setores de promoção comercial em vários postos, com a atuação de adidos agrícolas, a capilaridade interna e o orçamento da Apex. Segundo ele, no primeiro semestre de 2019 houve um incremento de 43% do número de ações conjuntas no exterior entre a Apex e o Itamaraty.

A OMC passa por um processo de reforma e o tema fitossanitário é um tema de especial importância, em o Brasil, tem sido especialmente ativo e propositivo. O Embaixador informou que próxima reunião ministerial, na Conferência Ministerial da OMC, acontece no Cazaquistão em junho de 2020.

Afirmou que em junho de 2019 foi aprovada no Itamaraty, uma estratégia, de forma integrada ao esforço da Presidência da República e do MAPA, usando a rede para monitorar o que já vem sendo feito e disseminar informação correta sobre o País, objetivando melhorar a sua imagem externa. Parte dessa estratégia é usar as mídias sociais dos postos no exterior.

4.4. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O Sr. Octávio Costa de Oliveira, Coordenador de Agropecuária, representou o IBGE e esclareceu que, “com relação às estatísticas agropecuárias, que fazem parte das estatísticas oficiais, elas têm como objetivo básico atender as informações econômicas do Sistema de Contas Nacionais e o uso também para políticas públicas e acompanhamento setorial por diversos tipos de usuários. As atividades cobertas incluem agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura e extração vegetal.”

Informou que as estatísticas agropecuárias são restritas ao setor primário, e não ao que se chama de “agronegócio” e que não há estatísticas de agronegócio dentro do IBGE, que leva em consideração recomendações internacionais no planejamento das atividades, das estatísticas, adequando-as à realidade brasileira, e empregando diversos métodos de coleta de dados. Para isso, o IBGE conta com parcerias em diferentes níveis de governo para obtenção das estimativas, e com diversos membros das cadeias produtivas da agropecuária.

Há ainda a atuação internacional do Instituto, trabalhando em conjunto tanto na “Comissão de Estatística, como da Estatística das Américas,

da Cepal, com a FAO, com a experiência do Censo Agropecuário Brasileiro, das inovações tecnológicas”, adequado às dimensões do País. E há coordenação de estatísticas agropecuárias da América Latina e Caribe junto com países como o México, Uruguai e Argentina para poder harmonizar e avançar na melhoria das estatísticas agropecuárias.

O Censo Agropecuário 2017 identificou cerca de 300 produtos agropecuários distintos na sua operação, e na pesquisa anual da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) são 64 produtos acompanhados em termos de área de produção.

Há as estatísticas de pesquisas, algumas trimestrais, outras anuais, de consumo de matéria-prima da agropecuária pela indústria, do abate de bovinos, suínos e aves, sobre a inspeção sanitária federal, estadual e municipal, a pesquisa do couro proveniente desse abate e curtumes, e a pesquisa do leite, sob inspeção sanitária também federal, estadual e municipal.

1. Produção Agrícola Municipal (PAM)
2. Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)
3. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)
4. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Previsão e Acompanhamento de Safras)
5. Pesquisa Trimestral do Abate de animais
6. Pesquisa Trimestral do Couro
7. Pesquisa Trimestral do Leite
8. Produção de Ovos de Galinha
9. Pesquisa de Estoques

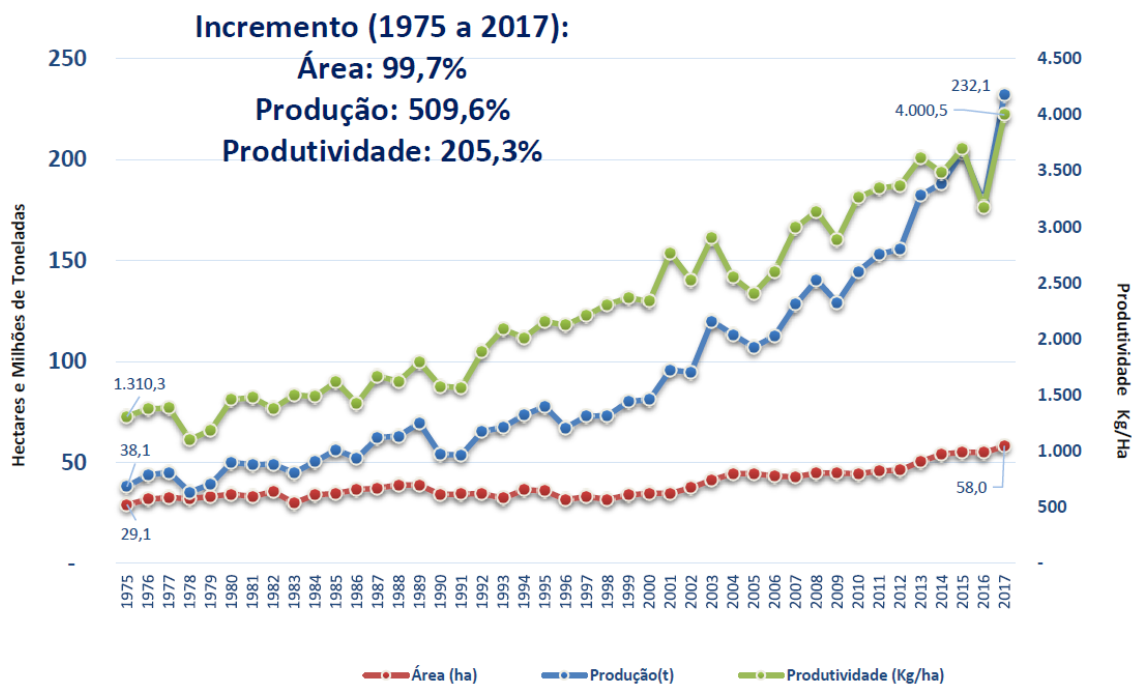
Outra atuação do IBGE é como assessor da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a Agenda 2030. O IBGE é assessor permanente, junto com o IPEA, conforme Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016.

4.5. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

O Presidente da Embrapa, Celso Luiz Moretti, lembrou que hoje o Brasil, com a sua produção, alimenta sete vezes a sua população, 1,4 bilhão de pessoas. Em menos de cinco décadas o Brasil aumentou em 99% a área de produção, mas aumentou em mais de 500% a produção agrícola brasileira.

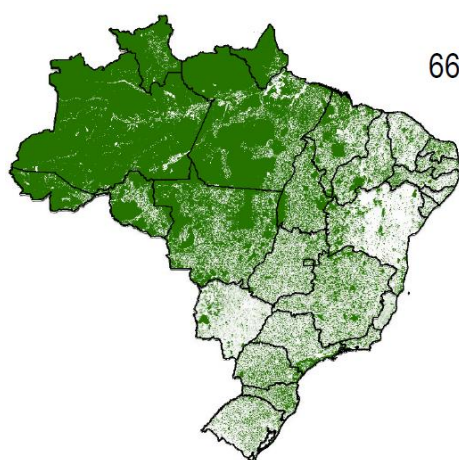
e preserva 66,3% da superfície do seu Território, na forma de matas e florestas nativas, mais ou menos 580 milhões de hectares, equivalentes à superfície de 48 países da Europa, entre eles Portugal, Espanha, França, Bélgica, Reino Unido, Itália.

Produção, área e produtividade dos grãos no Brasil (1975 – 2017)



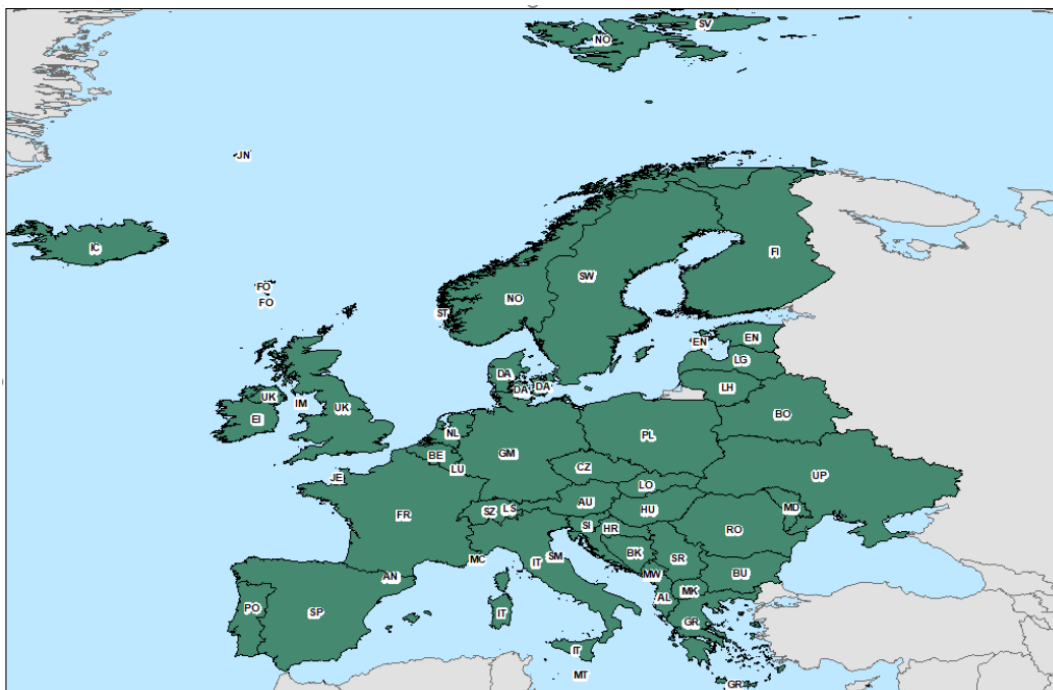
E preserva 66,3% da superfície do seu Território, na forma de matas e florestas nativas, mais ou menos 580 milhões de hectares, equivalentes à superfície de 48 países da Europa, entre eles Portugal, Espanha, França, Bélgica, Reino Unido, Itália.

Área total dedicada à preservação e proteção de vegetação nativa



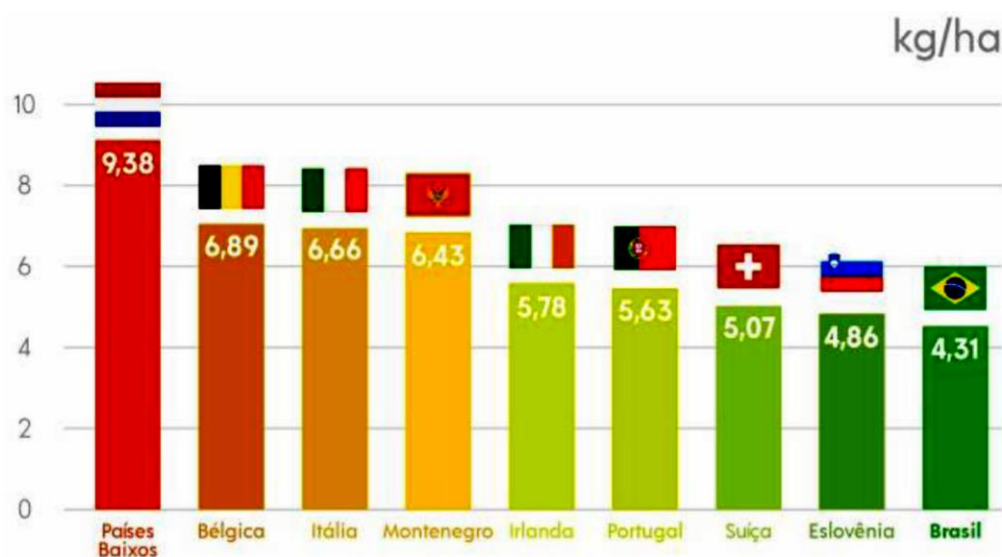
66,3% da superfície brasileira

A área total protegida ou preservada no Brasil equivale à superfície de 48 países da Europa



O Presidente afirmou que o Brasil produz de forma competitiva e sustentável. O Brasil, no ranking da FAO, está em 44º lugar do ponto de vista de uso de agrotóxicos. Enfatizou que é necessário continuar crescendo em ciência, tecnologia e inovação, com a interação entre as instituições de PD&I voltadas ao agro, com estratégias políticas e institucionais.

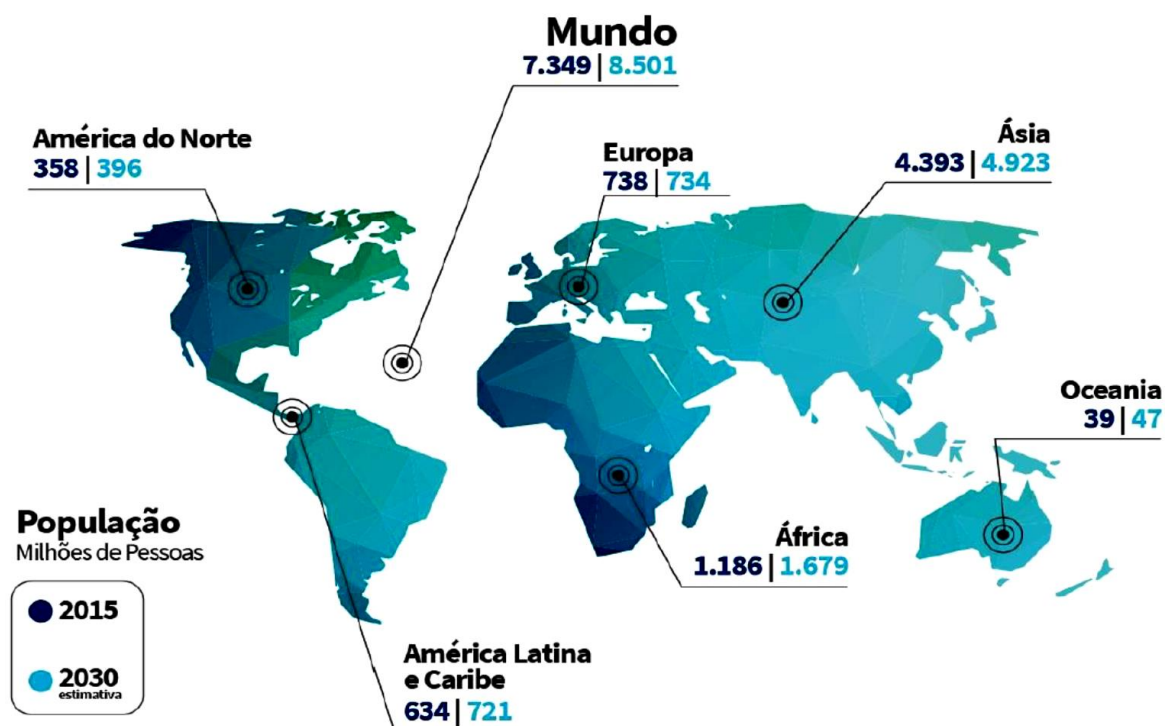
Brasil: 44º ranking de utilização de agrotóxicos (FAO/ONU)



Fonte: FAO (2016)

Para 2030 o mundo terá 8,5 bilhões de pessoas, aumento da urbanização, aumento da longevidade, e mudanças nos padrões de consumo. Será preciso 35% a mais de alimento, de 40% a mais de energia e de 50% a mais de água. A Embrapa possui um think tank chamado Agropensa, para pensar o agro no Brasil e, além da Visão 2030, está trabalhando no documento Visão 2050 para dar suporte ao Congresso Nacional e à agricultura brasileira.

Cenários para 2030



Fonte: ONU – Habitat, 2016

4.6. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae Nacional

O Sebrae Nacional foi representado pelo Gerente da Unidade de Competitividade, Cesar Reinaldo Rissete, que informou que o órgão está presente em mais de mil municípios, e que tem trabalhado especificamente em três principais frentes de atuação. Uma delas é a promoção de mercado para o agronegócio, para o pequeno produtor, com estudos de inteligência e de tendências dos setores do agronegócio. A segunda atuação é a da extensão, para levar ao produtor tecnologia e inovação, permitindo que tenha maior competitividade e possa se inserir no mercado. A terceira é a gestão, para

preparar o pequeno produtor rural para que ele tenha maior capacidade de inserção.

Conforme o convidado, são menos de mil micro e pequenas empresas do agronegócio que exportam – um número pequeno. Então o desafio é tanto inseri-los via comércio de grandes tradings, como também inserir os pequenos produtores a partir de nichos de mercado identificados.

O Brasil chegou tarde ao processo de obtenção e tem hoje 61 indicações geográficas, capazes de agregar valor a um produto e possibilitar que o pequeno produtor se insira competitivamente no mercado internacional.

4.7. Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A Conab foi representada por Guilherme Soria Bastos Filho, Diretor de Política Agrícola e Informações, que esclareceu que a Companhia não tem nenhuma política diretamente voltada para a promoção das exportações, do comércio internacional, mas tem são ações que podem auxiliar muito na geração do excedente exportável, necessário para exatamente alcançar esses mercados internacionais. A Conab está presente em todos os Estados do País, inclusive no DF, com 92 unidades armazenadoras e contribui, em termos de objetivos estratégicos, no apoio à formulação das políticas públicas, a execução das políticas agrícolas e de abastecimento, e a geração de informações agropecuárias.

A Conab faz acompanhamento de safra de 17 culturas: algodão, amendoim, arroz, aveia, café, cana-de-açúcar, canola, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticales. Faz mapeamento e sensoriamento remoto e o acompanhamento dos Custos de Produção, incluindo análise de 302 pacotes tecnológicos, sendo 125 produtos da agricultura familiar, 106 produtos da agricultura empresarial e 71 produtos da sociobiodiversidade. Há ainda o acompanhamento de 10.514 séries históricas de preços, que vão desde o produtor até o varejo; informações de 113 frutas, 127 hortaliças e mais de 2 mil produtos ofertados no mercado atacadista de hortigranjeiros; acompanhamento da oferta e demanda de sete produtos, incluindo carnes e grãos; e análise de mercado de 42 produtos (16 da Agricultura; 12 Extrativos; 10 Hortigranjeiros e 4 Pecuários).

O Diretor afirmou que o Brasil tem um desafio muito grande, que é gerar excedente com quantidade e qualidade necessárias para atingir o mercado internacional, e que uma coordenação adequada entre instituições

governamentais é fundamental para permitir isso. Finalizou reiterando que Conab não possui nenhuma ação específica direta, mas implementa um conjunto de políticas públicas, bem como ações voltadas para a inteligência agropecuária e para o abastecimento que potencializam a geração de renda, o aumento da produção e a produtividade. Dessa forma, há geração de excedentes produtivos, que acabam por potencializar a exportação e a melhoria no saldo da balança comercial.

O Diretor apresentou, mas não comentou (por falta de tempo) uma série de dados importantes sobre exportações, importações e balança comercial que, pelos objetivos deste Relatório, julgamos importante reproduzir, a seguir.

Balança Comercial de Bens: 2014-2018

Categoria de produto	Valor (em milhões de US\$)					Variação		Participação
	2014	2015	2016	2017	2018	Variação acumulativa anual 2014-2018	Variação 2018-2017	Média
EXPORTAÇÕES (em milhões de US\$)								
TOTAL	224.974	190.971	185.232	217.739	239.889	1,6%	10,2%	100,0%
De base agrária (produtos primários e agroindustriais)	83.979	76.290	73.301	83.806	89.329	1,6%	6,6%	38,4%
Resto	140.995	114.681	111.932	133.934	150.560	1,7%	12,4%	61,6%
IMPORTAÇÕES (em milhões de US\$)								
TOTAL	229.128	171.459	137.586	150.749	181.231	-5,7%	20,2%	100,0%
De base agrária (produtos primários e agroindustriais)	9.111	7.075	8.589	7.858	7.784	-3,9%	-0,9%	4,6%
Resto	220.017	164.384	128.997	142.892	173.447	-5,8%	21,4%	95,4%
BALANÇA COMERCIAL (em milhões de US\$)								
TOTAL	-4.153	19.512	47.646	66.990	58.659			
De base agrária (produtos primários e agroindustriais)	74.869	69.215	64.712	75.948	81.545			
Resto	-79.022	-49.703	-17.066	-8.958	-22.886			

Principais Produtos Exportados - 2018

Brasil: Exportações de Base Agrária por Principais Produtos, 2018	Volume (toneladas)	Valor FOB (Milhões de US\$)	Participação	Participação Acomulada
Grãos de soja	83.605.208	33.190.826	37,2%	37,2%
Pasta química de madeira	14.722.043	7.956.098	8,9%	46,1%
Tortas e demais resíduos sólidos da extração de azeite de soja, etc.	16.862.000	6.697.347	7,5%	53,6%
Açúcar de cana e de beterraba	21.305.596	6.525.778	7,3%	60,9%
Carne e miudezas comestíveis de aves	3.888.419	6.008.518	6,7%	67,6%
Carne de vaca congelada	1.163.533	4.558.889	5,1%	72,7%
Café, inuído tostado e descafinado	1.828.867	4.371.253	4,9%	77,6%
Milho	23.566.195	4.109.859	4,6%	82,2%
Sucos de frutas, outras frutas e hortaliças	2.584.674	2.352.227	2,6%	84,8%
Tabaco em rema ou não processado; resíduos de tabaco	440.755	1.894.445	2,1%	86,9%
Outros		11.663.641	13,1%	100,0%
Total		89.328.881	100%	100%

Fonte: Conab, com base em dados primários do Sistema Comex Stat/Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC

Brasil: Exportações por destino e importações por origem - 2014 -2018

País destino	Exportações (milhões de US\$)					Variação		Participação
	2014	2015	2016	2017	2018	Variação Acumulativa anual 2014-2018	Variação 2018-2017	Média 2014-2018
China	20.930	20.242	19.887	25.660	34.811	13,6%	35,7%	29,9%
Holanda	5.926	4.795	4.292	4.219	4.332	-7,5%	2,7%	5,8%
Estado Unidos	4.213	3.751	3.497	3.566	3.521	-4,4%	-1,3%	4,6%
Hong Kong	2.721	1.719	1.927	2.321	2.348	-3,6%	1,2%	2,7%
Iran	1.426	1.658	2.130	2.294	2.190	11,3%	-4,6%	2,4%
Alemanha	3.105	2.406	2.263	1.870	1.948	-11,0%	4,1%	2,9%
Espanha	1.879	1.671	1.231	1.808	1.898	0,2%	5,0%	2,1%
Japão	2.569	2.310	2.197	2.314	1.858	-7,8%	-19,7%	2,8%
Itália	1.935	1.741	1.596	1.706	1.771	-2,2%	3,8%	2,2%
Bélgica	1.910	1.692	1.795	1.657	1.759	-2,0%	6,2%	2,2%
Outros	37.365	34.305	32.486	36.391	32.894	-3,1%	-9,6%	42,6%
Total	83.979	76.290	73.301	83.806	89.329	1,6%	6,6%	100,0%

País destino	Importações (milhões de US\$)					Variação		Participação
	2014	2015	2016	2017	2018	Variação Acumulativa anual 2014-2018	Variação 2018-2017	Média 2014-2018
Argentina	2.654	2.682	3.089	2.871	3.144	7,3%	9,5%	35,7%
Paraguai	807	515	855	594	514	-10,7%	-13,6%	8,1%
Uruguai	930	512	809	673	483	-15,1%	-28,2%	8,4%
Chile	459	396	448	438	439	-1,1%	0,3%	5,4%
Portugal	327	258	249	325	382	4,0%	17,6%	3,8%
Estados Unidos	1.214	475	613	428	372	-25,6%	-12,9%	7,7%
China	327	346	458	331	283	-3,6%	-14,7%	4,3%
Indonésia	403	302	335	334	278	-8,8%	-16,6%	4,1%
Espanha	256	233	233	222	214	-4,4%	-3,7%	2,9%
Itália	161	129	139	172	171	1,4%	-1,1%	1,9%
Outros	1.573	1.224	1.361	1.469	1.503	-1,1%	2,3%	17,6%
Total	9.111	7.075	8.589	7.858	7.784	-3,9%	-0,9%	100,0%

Fonte: Conab, com base em dados primários do Sistema Comex Stat/Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC

4.8. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA

A representante da CNA Camila Nogueira Sande, Coordenadora de Relações Internacionais, informou que a Confederação tem um projeto grande dentro da Superintendência de Relações Internacionais, de internacionalização do agronegócio. A CNA entende que a demanda por alimentos está na no sudeste da Ásia, crescente. A China é o primeiro e maior mercado, seguida da União Europeia e dos Estados Unidos são o nosso terceiro maior mercado, mas a demanda cresce em países como Tailândia, Indonésia, Vietnã, Malásia, Japão, Cingapura, Coreia do Sul, e a própria Índia.

A CNA elencou cinco cadeias específicas para esse projeto que são a cadeia de lácteos, a cadeia de mel, a cadeia de pescados e aquicultura, a cadeia de cafés especiais e a cadeia de hortifrutí. A ideia da CNA é inserir os pequenos e médios produtores, que são os principais agentes dessas cadeias, no comércio internacional. A CNA vai organizar a oferta, porque muitos desses setores não têm a escala necessária para exportação, a adaptação de produtos, integração desses produtores, para que se forme uma oferta qualificada.

A CNA informou a formação da Aliança Agrobrazil, com 40 Organizações participantes: ABICS, ABCZ, Abiarroz, ABPA, ABIEC, ABIFUMO, IBRAC, AGROBIO, ABIOVE, APROSOJA, ABRAFRUTAS , ÚNICA, OCB, FPA, VIVA LÁCTEOS, CITRUS BR, IBRAVIN, Burson-Marsteller Brasil, ABCS, AIPC, FEDERARROZ , IRGA, CECAFÉ, Barral M Jorge Consultores Associados, ABRAFRIGO, SRB, CNI, ABIA, ABIMILHO , ABRAMILHO, CICB, ABRAPA, ABICAB , ABIMAPI, ANGUS, IBÁ, ABRASEM, ABRASUCO , ABIPESCA, e Vector Rel Gov. Os objetivos da Aliança são

- Colaboração para a eliminação de barreiras
- Promover colaboração entre setores e governo
- Elaboração de estratégia de abertura comercial brasileira
- Negociação de FTA's
- Negociação de acordos para medidas SPS

4.9. Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados - Abrafrutas

O convidado, Sr. Jorge Luis Raymundo de Souza, Diretor de Projetos, da Abrafrutas, informou que o Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas, atrás apenas de China e Índia. No entanto, o País é apenas o 24º maior exportador.

Esclareceu que há cinco anos foi criada a Abrafrutas, para organizar o setor, porque diferentemente de outras cadeias produtivas exportadoras, como grãos, carnes, açúcar e café, o setor de frutíferas ainda tinha muitas oportunidades de melhoria da organização interna da cadeia. Informou que o Brasil atualmente exporta ao redor de US\$800 milhões em frutas, mas que a perspectiva é de que, em um horizonte de dez anos, o País estar entre os cinco maiores exportadores mundiais.

O Brasil praticamente não exporta quase nada para a Ásia, que representa mais de 60% do volume global da cadeia de valor de frutas, informou o convidado, que relatou haver questões relacionadas a barreiras normais, tarifárias e não tarifárias (fitossanitárias), tributárias e da infraestrutura logística, havendo necessidade de redesenhar alguns processos internos no controle das exportações, uma vez que as exigências internas superam até as exigências dos clientes importadores.

São 15 espécies de frutas exportadas que, multiplicadas pelo número de variedades, resultam em 40 a 50 produtos diferentes. Por fim, destacou que a atividade é modificadora da realidade objetiva daquelas populações onde existe fruticultura, exemplificando a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de regiões como Juazeiro, Petrolina, norte de Minas Gerais, e região do Jaíba.

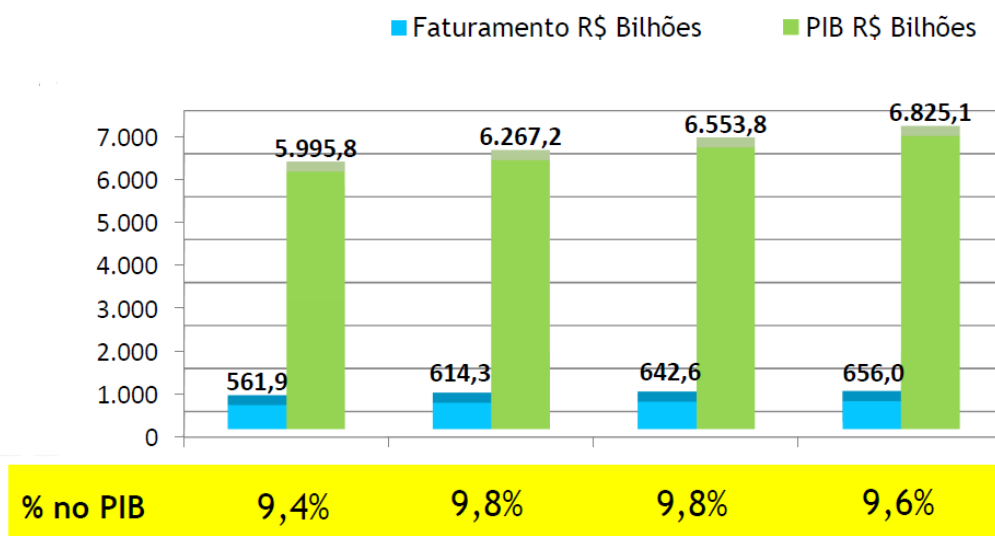
4.10. Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia)

A Beatriz Milliet, Diretora de Relações Institucionais e Inteligência Competitiva esclareceu que a ABIA, fundada em 1963, é a maior entidade representante da indústria de alimentos do Brasil, representando 80% do setor, em valor de produção. Possui cerca de 120 empresas associadas, das quais 70% são produtoras de alimentos e bebidas e 30%, de aditivos e ingredientes. Informou ainda que outras associações e entidades do setor, empresas de embalagens e soluções tecnológicas para a indústria de alimentos também fazem parte do quadro de associados.

A indústria de alimentos processa 58% de toda a produção agropecuária nacional, e os 42% restantes ou são consumidos in natura, ou seguem para exportação, ou trata-se da produção agropecuária voltada para alimentação ou medicação animal.

A indústria de alimentos é o maior do setor de transformação do Brasil (35,7 mil indústrias, no total), com faturamento de R\$ 656 bilhões (9,6% do PIB brasileiro), em 2018, dos quais R\$ 145,3 bilhões foram do setor de carnes e derivados, R\$ 68,7 bilhões do setor de laticínios, e R\$ 67,2 bilhões do setor de beneficiamento de café, chá e cereais. A indústria de alimentos gera 1,6 milhão de empregos diretos, ou 26,8% dos empregos da indústria de transformação.

Faturamento e participação no PIB da Indústria de Alimentos 2015 a 2018



Fonte: ABIA

Principais Setores da Indústria de Alimentos - 2018 (em R\$ Bilhões)

SETORES	2018	Var % 2018	Part% 2018
Derivados de Carne (proteína animal)	145,3	5,6	22,1%
Laticínios	68,7	-2,2	10,5%
Beneficia/o de Café, Chá e Cereais (*)	67,2	-3,7	10,3%
Óleos e Gorduras	58,8	13,6	9,0%
Diversos (**)	39,7	4,5	6,1%
Derivados de Trigo	37,6	2,0	5,7%
Derivados de Frutas e Vegetais	36,1	12,8	5,5%
Açúcares	34,9	-26,7	5,3%
Desidratados e Supergelados	17,3	6,8	2,6%
Chocolate, Cacao e Balas	15,9	4,3	2,4%
Conservas de Pescados	5,6	5,0	0,9%
Total Produtos Alimentares	527,1	1,2	80,3%
Total Bebidas	129,0	5,8	19,7%
Total Indústria de Alimentos	656,0	2,1	100,0%

Fonte: ABIA

Em 2018 os alimentos industrializados representam 18% das exportações totais brasileiras e 50% das exportações do agronegócio de alimentos. Participaram com R\$ 35,1 bilhões, 14,7% do valor total das exportações, atrás apenas dos alimentos in natura, que somaram R\$ 43,7 bilhões, ou 18,3 % do total exportado, de R\$ 239,2 bilhões. No total, foram realizadas exportações para mais de 180 países, tornando o Brasil o 2º maior exportador mundial de alimentos processados em volume e o 5º maior em valor.

Ranking dos principais setores exportadores – 2018

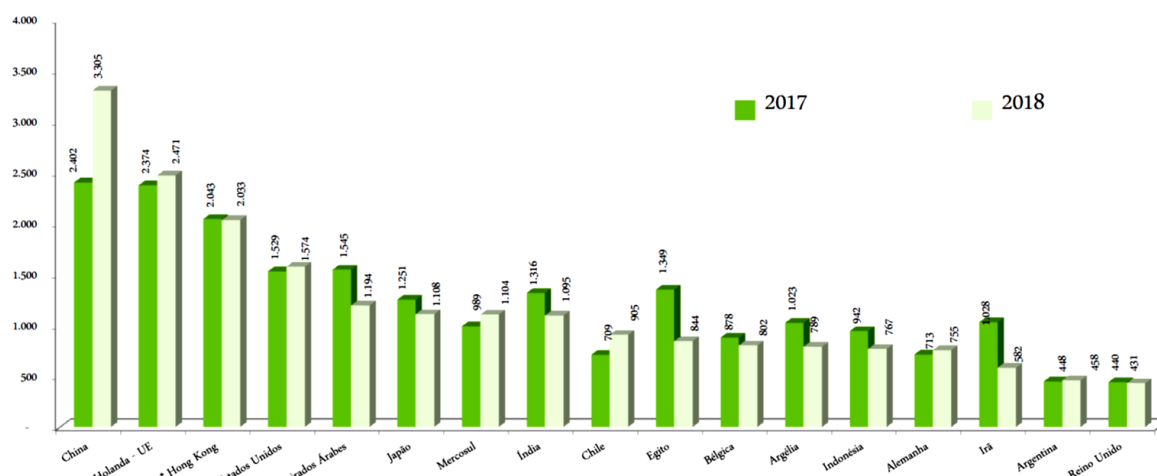
Setores	R\$ Bilhões	Part%
Alimentos in natura	43,7	18,3%
Alimentos industrializados	35,1	14,7%
Petróleo de derivados	31,6	13,2%
Minérios metalúrgicos	23,7	9,9%
Materiais de transporte e componentes	29,5	12,3%
Produtos metalúrgicos	15,9	6,6%
Indústria química	14,2	5,9%
Papel e celulose	10,3	4,3%
Total	239,3	100,0%

Fonte: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>

Elaboração: ABIA

Os principais compradores dos nossos alimentos industrializados são China; em segundo lugar, Holanda (que na verdade, é um hub de entrada na União Europeia); Hong Kong (também é hub na Ásia); Estados Unidos; e Emirados Árabes (que, na verdade, distribui alimentos industrializados por todos aqueles países árabes); Japão e Mercosul. Os principais mercados regionais foram, portanto, a Ásia (35,9%), União Europeia (19,2%) e Oriente Médio (14%).

Exportações de Alimentos Industrializados Principais Mercados (US\$ Milhões)



Fonte: Comexstat Elaboração: ABIA

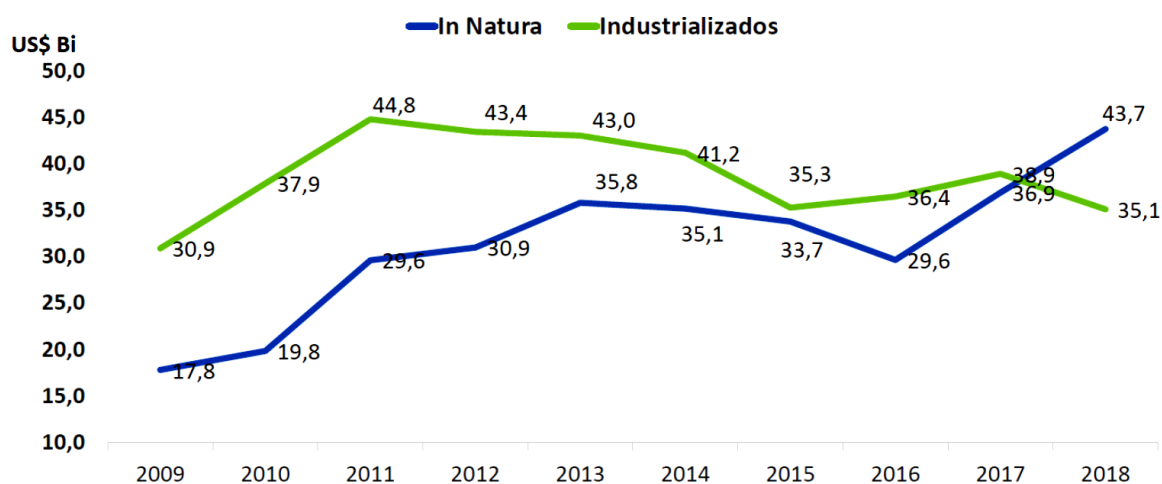
Alimentos Industrializados - Principais Regiões de Destino (Part % segundo regiões) (US\$ Milhões)

Regiões	2017	2018	Var %	Part % 2018
Ásia	12,35	12,58	1,9%	35,9%
China	2,40	3,30	37,6%	9,4%
União Europeia	6,27	6,73	7,3%	19,2%
Oriente Médio	6,56	4,91	-25,2%	14,0%
África	5,91	4,15	-29,8%	11,8%
Outros	2,95	3,05	3,4%	8,7%
América do Norte	2,26	2,23	-1,3%	6,4%
Mercosul	0,99	1,1	11,1%	3,1%
Rússia	1,61	0,32	-79,9%	0,9%
Total Geral	38,89	35,07	-9,8%	100,0%

Fonte: Comexstat Elaboração: ABIA

O País vinha exportando mais alimentos industrializados do que alimentos in natura. Mas houve uma inversão porque alguns países, a exemplo da própria China, têm comprado alimentos in natura para fazer o processamento e vender no próprio mercado interno.

Corrente de Comércio Brasil – Mundo (US\$ Bilhões) Alimentos In Natura x Industrializados



Fonte: SiscoMext
Elaboração: ABIA

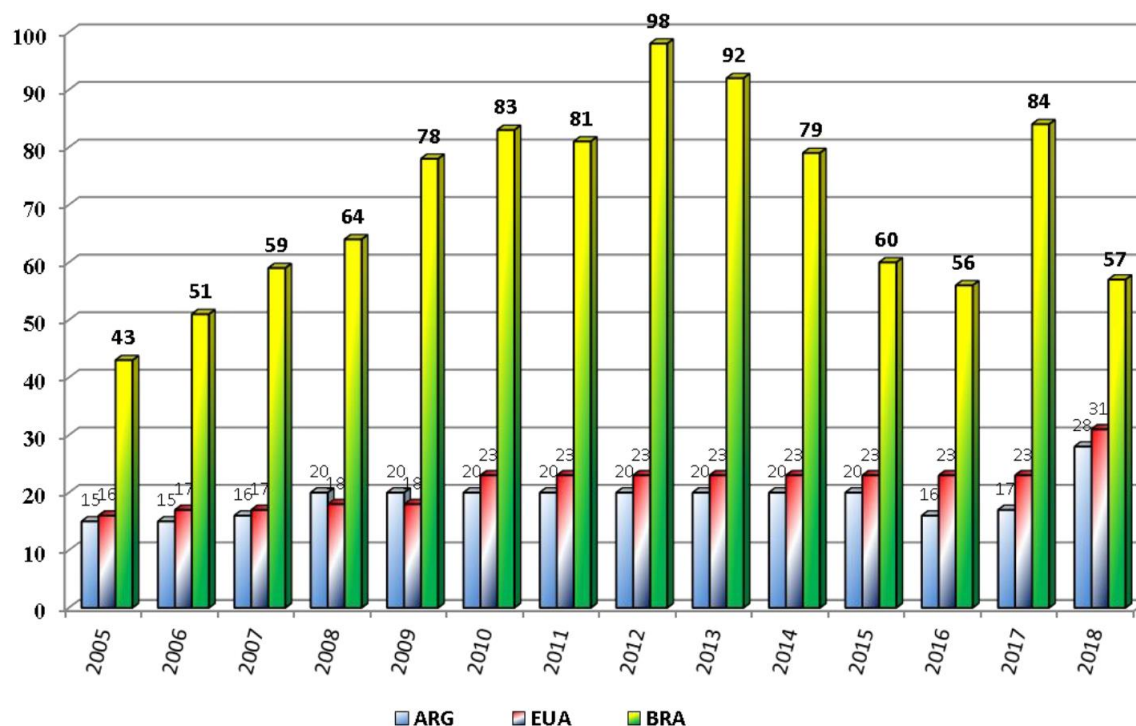
A Diretora, por fim, questionou a carga tributária sobre os alimentos no Brasil, que situa-se entre as mais elevadas do mundo, em 33,2% sobre o preço final ao consumidor. Argumentou que as classes sociais de menor

poder aquisitivo são as mais impactadas, pois destinam mais de 30% dos rendimentos para a aquisição de alimentos. Afirmou que, segundo estudo do IPEA, as famílias com renda de até 2 salários mínimos têm uma carga de impostos de 53,9% da sua renda.

4.11. Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec)

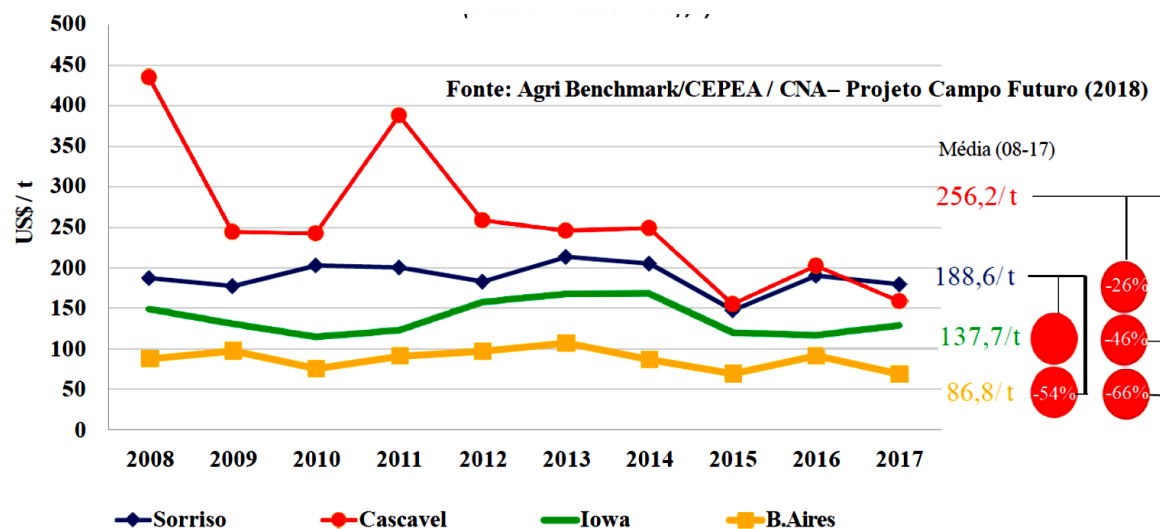
Representou a ANEC o Sr. Sérgio Castanho Teixeira Mendes, Diretor-Geral, que iniciou sua apresentação argumentando que a desvantagem principal do Brasil é de infraestrutura. Afirmou que se perde US\$30 por tonelada que, multiplicados por 120 milhões de toneladas, que é o que exportado, representa US\$3,6 bilhões em perdas, suficientes para construir uma hidrovia, um canal de transporte de cargas muito mais eficiente, por ano.

Fretes Comparativos - Brasil Vs Argentina Vs EUA



Fonte: ANEC

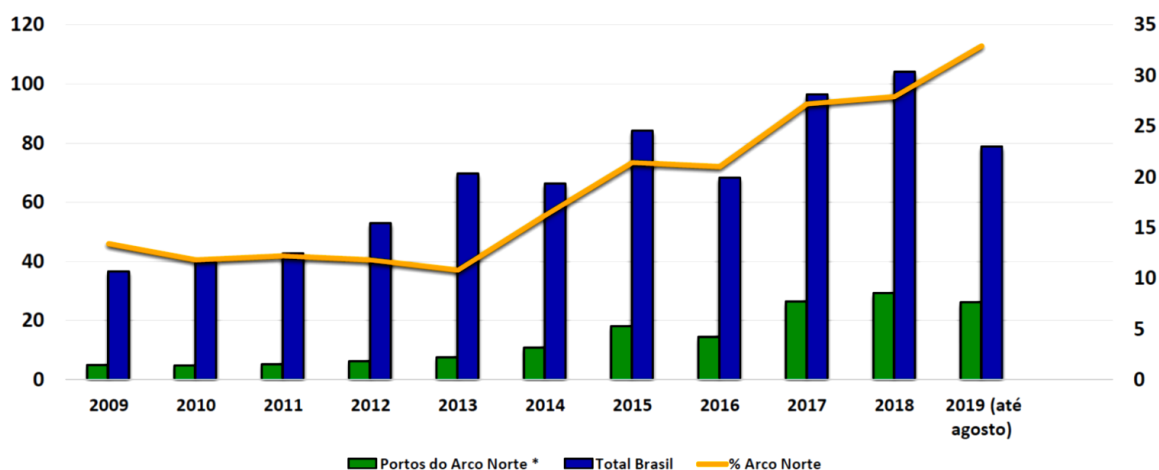
Evolução do custo operacional efetivo da soja nas principais regiões produtoras do mundo selecionadas (valor corrente – US\$/t)



Fonte: Universidade de São Paulo - Brasil - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – www.cepea.esalq.usp.br

O Diretor-Geral informou que, para as 120 milhões de toneladas exportadas (de soja, milho e farelo de soja), são necessárias 3.4 milhões de viagens de caminhão, 570 mil operações de hedge e 2 mil navios Panamax, com margem de 0,5% a 1% de lucro líquido. As exportações pelo Arco Norte têm aumentado bastante, embora ainda não o suficiente, o que gera um ganho de R\$70 por tonelada, que multiplicados por 60 milhões de toneladas, que é o que poderia se exportar pelos portos do Norte, geraria cerca de US\$1 bilhão, reduzindo os US\$ 3,6 bilhões hoje perdidos.

Evolução do escoamento pelo Arco Norte - soja e milho

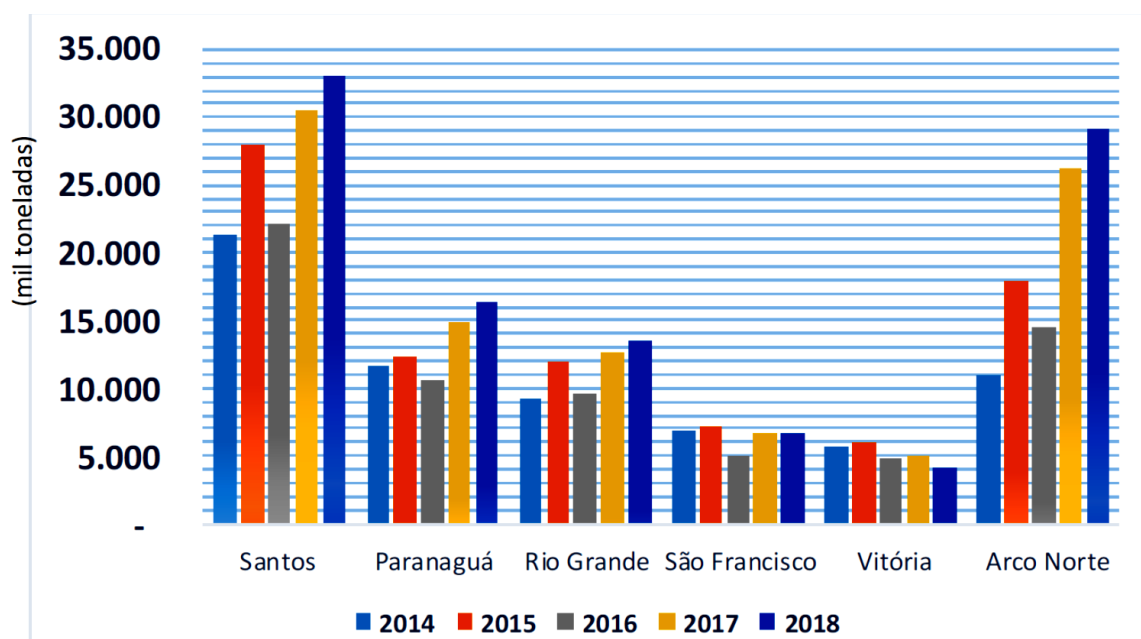


	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019*
Exp Brasil	36,4	39,8	42,5	52,7	69,4	66	83,8	68	96,1	103,7	78,5
Exp Arco-Norte	4,9	4,7	5,2	6,2	7,5	10,7	17,9	14,3	26,1	28,9	25,8
Percentual Arco-Norte	13%	12%	12%	12%	11%	16%	21%	21%	27%	28%	33%

1000 ton

Fonte: ANEC

Comparativo do escoamento pelos principais portos x Arco Norte - soja e milho

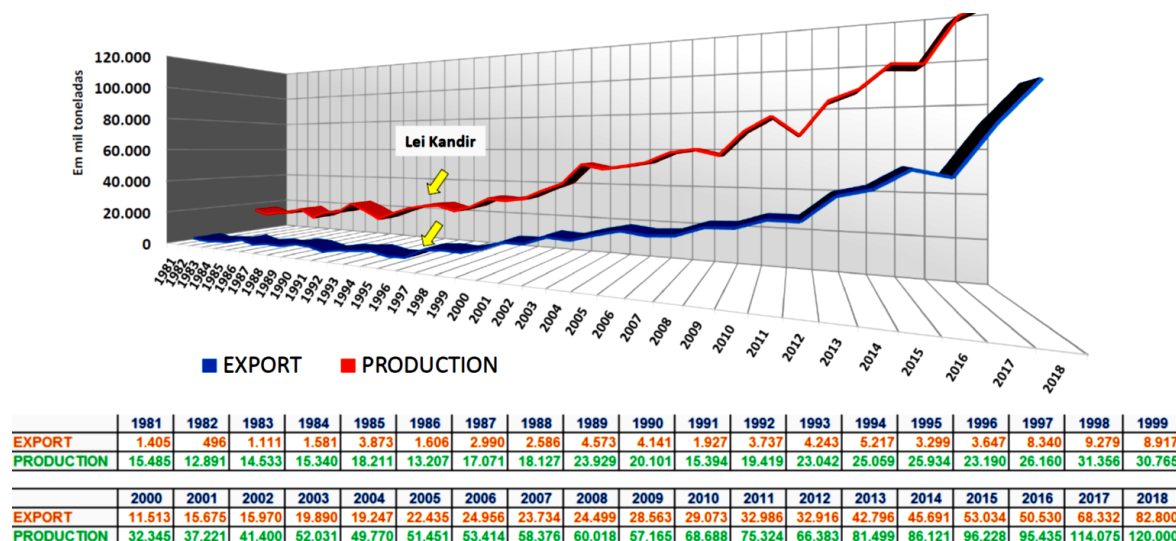


Fonte: ANEC

O Diretor-Geral alertou para o risco do fim da aplicação da Lei Kandir para as exportações de grãos, informando que a prioridade deveria ser a conclusão da BR 163 e manutenção de trechos danificados; conclusão da Ferrovia Norte-Sul; implantar a Ferrovia Ferrogrão; promover navegação de cabotagem (sobre a qual o CNA, através do Faemg, tem desenvolvido estudos); e manutenção da navegabilidade pelas hidrovias do Rio Madeira, Rios Tietê-

Paraná, Rio Paraguai, Porto Murtinho – por onde é possível exportar até Rosário, na Argentina –, Nova Palmira, no Uruguai, e Rio Tapajós.

Evolução da produção e exportação brasileira de soja pós Lei Kandir



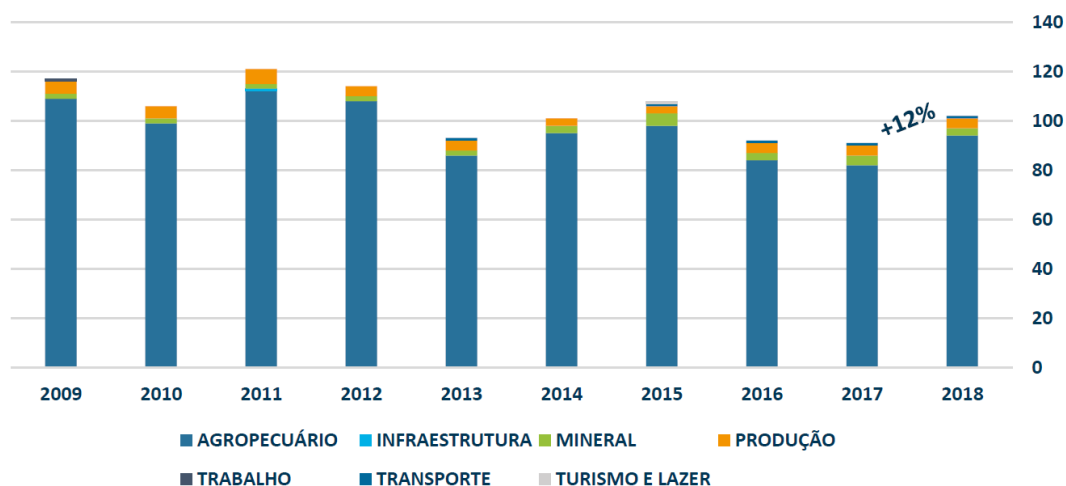
Fonte: ANEC

4.12. Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Rogério Croscato, representante da OCB, iniciou sua apresentação trazendo dados do setor, que gera 250 milhões de empregos envolvendo, indiretamente no mundo, em cem países, um bilhão de pessoas. No Brasil, hoje, o ramo agropecuário envolve 1,5 mil cooperativas e 180 mil empregos diretos. As exportações das cooperativas estão presentes em 180 países.

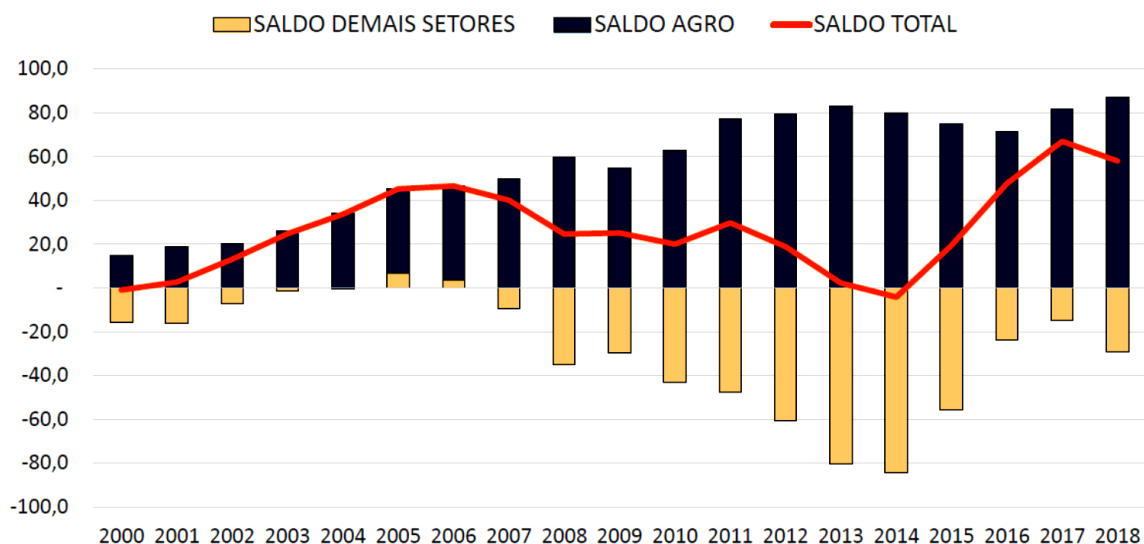
Quanto às cooperativas exportadoras, 92% são do ramo agropecuário, e os estados de RS, PR e SP concentram o maior número das exportadoras.

Número de Cooperativas Exportadoras



Fonte: OCB

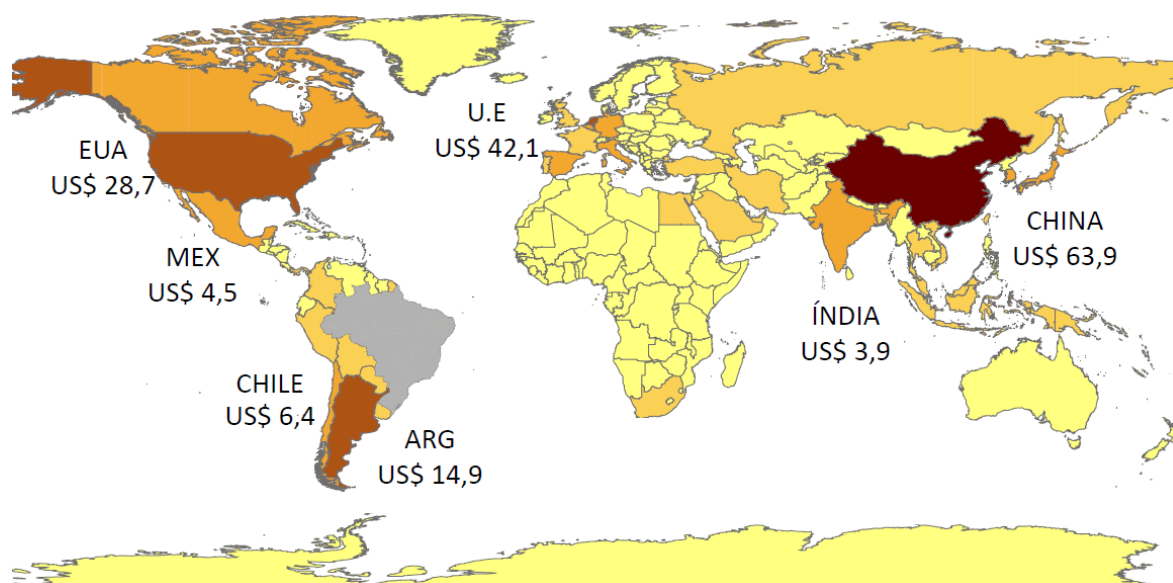
Importância do agronegócio no saldo da balança comercial brasileira



Fonte: OCB

O convidado da OCB apresentou mapa que ilustra bem a participação dos países e regiões, maiores compradores de produtos do Brasil, já abordados por outros convidados à audiência pública, mas que julgamos oportuno reproduzir.

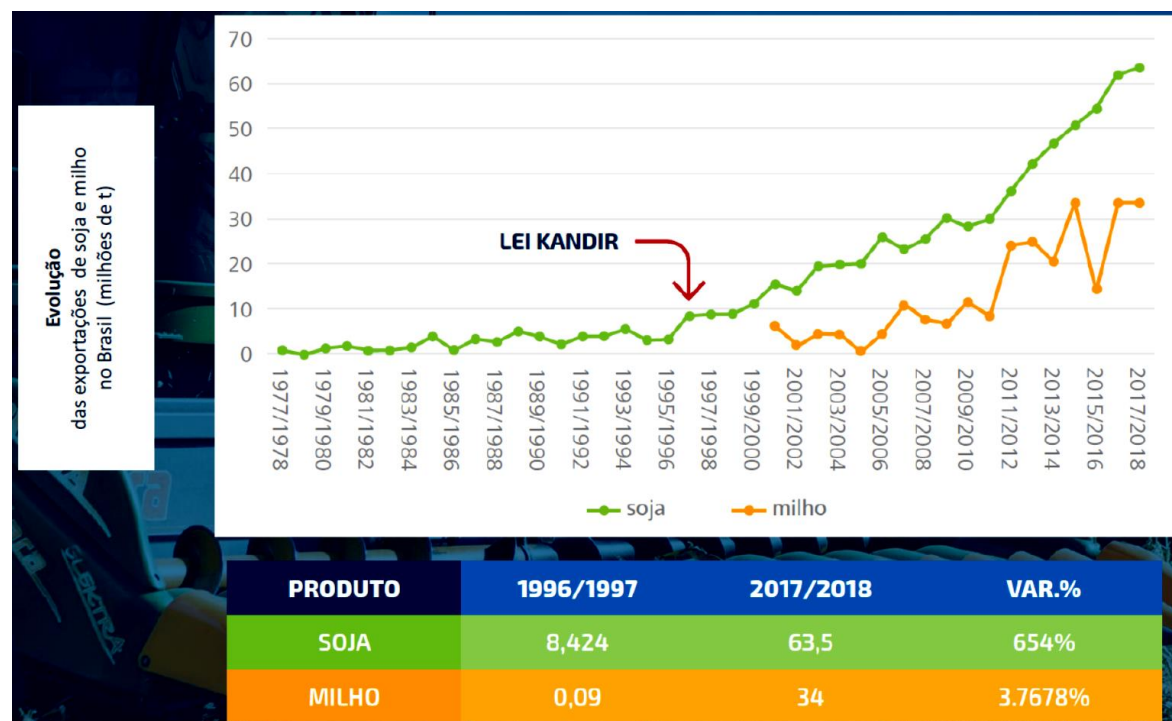
Países compradores do Brasil (US\$ bilhões)



Fonte: Ministério da Economia

Ratificou as apresentações anteriores, ao afirmar que as exportações do agronegócio têm grandes benefícios com a Lei Kandir e apresentou o gráfico seguinte para corroborar a afirmação.

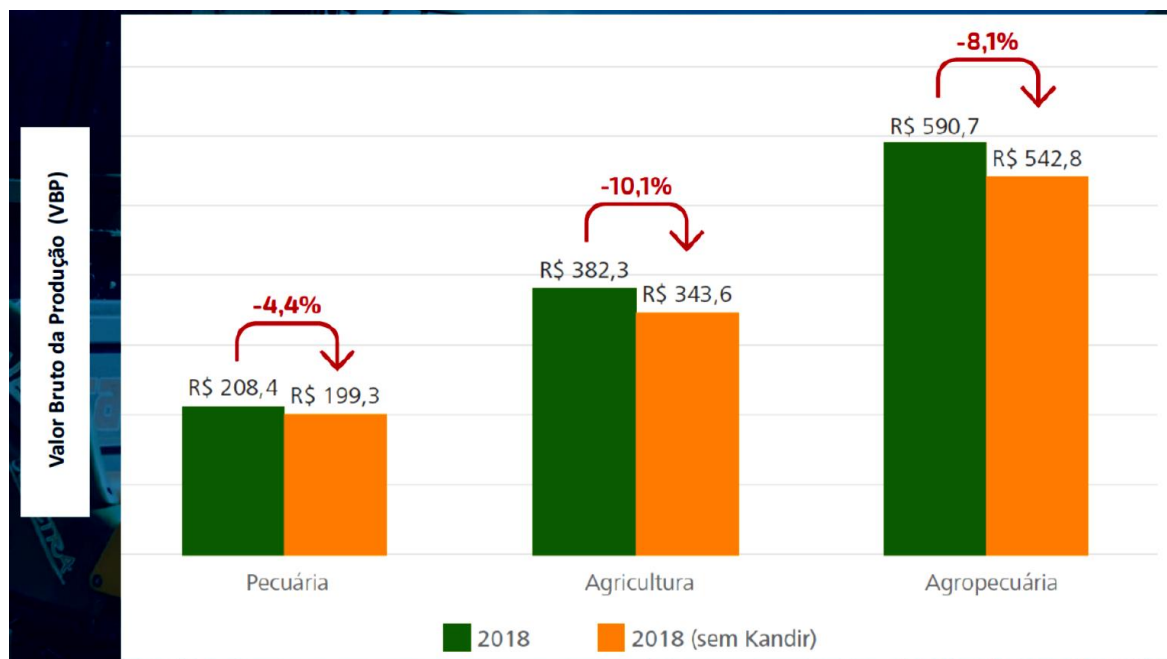
Benefícios com a Lei Kandir



Fonte: Órgão de Agricultura Americano - USDA e Aprosoja.

Argumentou ainda que o impacto da extinção da Lei Kandir para toda atividade agropecuária seria uma Redução do faturamento agropecuário na ordem de R\$ 47,8 bilhões.

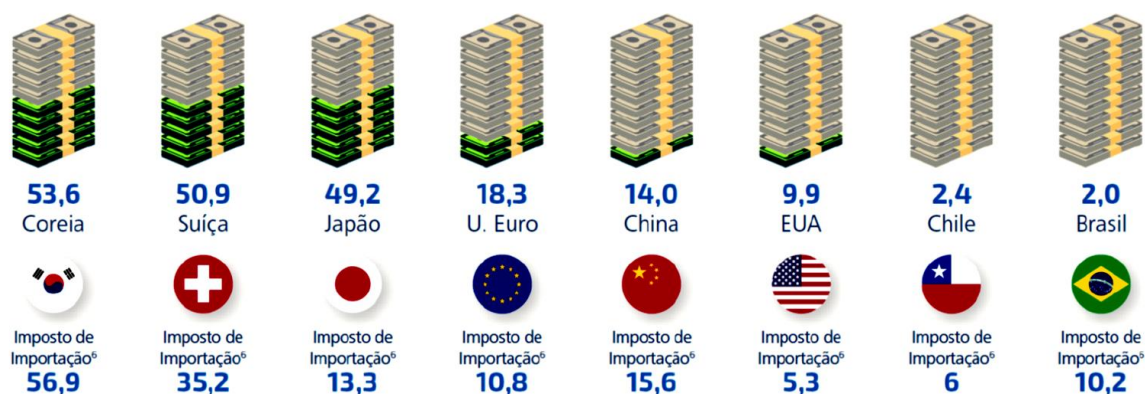
Impacto da extinção da Lei Kandir para toda atividade agropecuária



Fonte: Elaboração e Projeção CNA.

Por fim, apresentou infográfico que demonstra a diferença entre países de apoio aos produtores, que contribui para a composição da renda dos produtores.

Porcentagem da renda de produtores que vem de programas governamentais de apoio ao produtor



5 Fonte: OCDE - Agricultural Policy Indicators. Dados referentes a 2017. Disponível em: stats.oecd.org

6 Fonte: OMC - Tariff Profiles. Tarifa NMF média. Disponível em: www.wto.org/english/res_e/statis_e/tariff_profile_list_e

4.13. Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz - FEALQ/USP

O Professor Sérgio de Zen, Diretor-Presidente da FEALQ/USP, iniciou sua apresentação afirmando que no País “o sistema de pesquisa carece de linhas mais organizadas e uma visão mais estratégica de caminhos a serem seguidos, que reúnam as universidades e instituições de pesquisas todas numa linha coerente e única, em benefício da sociedade e dos interesses das organizações e do Estado brasileiro”. Destacou a existência, na ESALQ/USP, do Centro de Pesquisa Econômica Aplicada (CEPEA), que faz estudos de preços de todas as carnes, de todos os lácteos, de todo setor de grãos, de todo o setor de hortifrutícolas, essenciais para a tomada de decisão. Também dimensiona o PIB do Agronegócio, os dados de emprego do agro, dos vários segmentos da cadeia. Os dados são comparados com os de 27 países, no caso de proteína animal, e 36, no caso de grãos.

Destacou ainda, entre outras informações sobre a estrutura e área de atuação da ESALQ, a existência do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA) que, entre outras pesquisas, desenvolve a consolidação da tecnologia da radiação ionizante (radiação gama e feixe de elétrons) como forma de diminuição/eliminação da carga microbiana dos produtos agropecuários. Através da tecnologia da irradiação ionizante sob doses efetivas, o processo pode assegurar a qualidade dos produtos pela eliminação de agentes patogênicos, sem alterar as propriedades nutricionais dos produtos. Aplicações da radiação na agricultura são importantes no melhoramento de plantas, no controle de pragas e na conservação de alimentos, estes últimos essenciais para enfrentar as barreiras sanitárias na exportação para diversos países e mercados.

4.14. Universidade Federal de Viçosa (UFV)

O Professor Orlando Monteiro da Silva, da área de Economia Internacional, representou o Reitor da UFV, também descreveu a história e estrutura da Universidade, bem como as pesquisas realizadas e em andamento, essenciais para enfrentar desafios como as mudanças climáticas, que impactam a produção de alimentos e, em consequência, as exportações.

Posteriormente, durante os debates, o Professor explicou que a média brasileira do teor de proteína da soja exportada é de 37% da composição do grão, mas que já existem duas variedades resultantes de estudo na UFV que já alcançam 44% e 46% de proteína. Países nórdicos também demandam uma soja com mais proteína, por exemplo, então, é necessário a apresentar ao mercado uma soja de acordo com a demanda.

4.15. Banco do Brasil (BB)

Alessandra Aranda, Gerente de Soluções da Unidade Comércio Exterior do Banco do Brasil, fez uma apresentação dos produtos e serviços que o Banco do Brasil disponibiliza na área de comércio exterior. Explicou que a Unidade de Comércio Exterior faz parte da Vice-Presidência de Atacado do Banco do Brasil, uma das nove vice-presidências existentes, 27 diretorias, e 12 unidades. Também denominada Diretoria de Comércio Exterior, que trata especificamente do apoio ao comércio exterior, há ainda a Diretoria de Agronegócios, que trata das linhas internas de apoio aos produtores rurais.

Em termos de soluções empresariais, o BB possui produtos para pessoa jurídica: o Corporate Bank, que trata dos clientes *corporate*, Mercado de Capitais e Infraestrutura, Private Bank, com os clientes *private* e a nossa unidade de comércio exterior.

O BB tem presença no exterior em 16 países, oito escritórios/agências no Brasil: Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, um específico para varejo e um específico para atacado em São Paulo, e um escritório de Comex Digital, para atendimento remoto aos clientes exportadores e importadores; e 47 plataformas atendendo aos clientes exportadores. Disponibiliza 900 profissionais especialistas em comércio exterior, que atuam apoiando as empresas que querem exportar e importar.

O banco apresenta soluções que atendem desde pequenos negócios até grandes empresas. O Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) trata das modalidades de pré-embarque, antes da exportação, para produção efetivamente. O Banco que também oferece Garantias Internacionais para apoiar as empresas que querem exportar e importar; Pré-Pagamento de exportação; e Proger Exportação, que é um programa do Governo de incentivo à promoção comercial. Há ainda as linhas de comercialização, chamadas de pós-embarque.

O BB tem ainda o ACE, que é a parte de pós-embarque do ACC, de Cambiais Entregues; o Forfait, que também oferece um adiantamento para o exportador de um pagamento futuro do importador; a Carta de Crédito, que é a garantia para que o exportador possa ter certeza de que vai receber a exportação realizada; e o Proex, um programa do Governo Federal, em que o Banco do Brasil é o agente exclusivo.

No ACC, em 2018, foram US\$ 6,782 bilhões em que foi apoiada a exportação de agronegócios, correspondendo a 68% da carteira do Banco. Em 2019, até setembro, o volume movimentado foi de US\$ 4,153 bilhões já desembolsados na linha para o agronegócio, que corresponde a 63% da carteira.

No Proex, o BB desembolsou em 2018 US\$172 milhões, ou 57% da carteira do Proex, somente para o agronegócio. Em 2019, o BB movimentara, até setembro US\$ 102 milhões, 40% de participação no Programa.

No Finimp (Financiamento à Importação), importante para máquinas e equipamentos e alguns implementos agrícolas, em 2018, foram US\$ 655 milhões, respondendo o agronegócio por 48% da carteira; e, em 2019, com US\$ 544 milhões, ou 46%.

O Banco também oferece soluções em consultoria, tais como: venda de conhecimento, consultoria tradicional em processos de exportação/importação, câmbio financeiro, entre outros aspectos; terceirização de processos, que é o auxílio na obtenção de registros exigidos pelas autoridades brasileiras, preenchimento de documentos de comércio exterior, entre outros; e capacitação para clientes, por meio da realização de módulos de treinamento, conforme o interesse da empresa.

4.16. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Conforme apresentado pelo Sr. Mauro Arnaud de Queiroz Mattoso, Chefe do Departamento do Complexo Agroalimentar e de Biocombustíveis do BNDES, em 2018, quase 30% do total desembolsado pelo BNDES foi para o agronegócio, o que permitiu alcançar mais de 400 mil clientes (incluindo cerca de 300 mil cooperados) espalhados por mais de 3,7 mil municípios. Quase 80% dos desembolsos para o agronegócio foram para pessoas físicas ou MPME.

O BNDES consegue oferecer financiamento em prazos adequados aos investimentos do agronegócio, sobretudo aqueles de caráter estruturante, como ampliação e modernização do capital fixo. A maior parte das operações ligadas ao crédito rural estão hoje atendidas por plataforma totalmente digital (BNDES *on line*) o que reduziu o prazo de processamento de 3 dias para 3

segundos. O BNDES incentiva o pioneirismo daqueles que apostam no desenvolvimento de tecnologias inovadoras, que vão trazer ganhos importantes de produtividade e sustentabilidade.

O BNDES aplica diversos critérios que avaliam os projetos e a gestão socioambiental dos seus clientes, além de oferecer apoio aos investimentos para melhoria de seus padrões de sustentabilidade. É o principal banco na qualidade de gestor de linhas de financiamento com recursos controlados do crédito rural para investimento, com equalização pelo Tesouro Nacional.

O orçamento destinado o BNDES foi de R\$ 22,9 bilhões para o Plano Safra 2019/2020, correspondente a cerca de 43% dos recursos para investimento, a serem aplicados no âmbito de 12 Programas de Financiamento, os quais apoiam desde agricultores familiares até grandes produtores rurais e cooperativas agrícolas, para todos os tipos de investimentos necessários à atividade agropecuária (irrigação, armazenagem, inovação no campo, agricultura de baixo carbono, tratores e colheitadeiras etc..).

O BNDES dispõe de diversas linhas de apoio a exportações que também contemplam produtos agroindustriais. De 2009 a 2019, foram desembolsados R\$ 8,3 bilhões em exportações para o setor agro.

4.17. Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP)

O Gerente do Departamento de Agronegócios e Alimentos, André do Nascimento Fernandes, esclareceu que a Finep não faz financiamento da exportação, porém, faz financiamento a PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) no Brasil. A Finep é vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC, e tem mandato para atuar em toda a cadeia de inovação, com foco basicamente em ações estratégicas, estruturantes e de impacto no desenvolvimento sustentável do Brasil. As linhas de ação da Finep são:

- Inovação Crítica - Linha de ação destinada a ações de interesse estratégico para o País.
- Difusão Tecnológica para Inovação - Aquisição bens de capital para modernização e elevação de produtividade para a empresa.
- Inovação Pioneira - Planos Estratégicos de Inovação (PEI) que apresentam elevado grau de inovação e de relevância para o setor econômico beneficiado.

- Inovação para Competitividade - PEIs centrados no desenvolvimento ou significativo aprimoramento de produtos, processos ou serviços.
- Pré-investimento - Estudos de viabilidade técnica e econômica, estudos geológicos, além de projeto básico, de detalhamento e executivo.
- Inovação para Desempenho - PEIs centrados em inovações de produtos, processos ou serviços no âmbito da empresa.

Quanto às exportações, o convidado esclareceu que diversos estudos procuraram entender a mudança tecnológica das firmas quando inseridas em cadeias globais. Algumas das conclusões sustentam que empresas exportadoras sofrem impactos em sua natureza tecnológica decorrentes do acesso a mercados externos competitivos. Já os estudos empíricos se concentram mais na relação de causalidade em favor do P,D&I como explicação para as exportações.

Informou que o seu Departamento possui 11 pessoas, com 50 projetos em execução e, em 2018, concederam R\$ 550 milhões em novos empréstimos para os setores de biocombustíveis, defensivos, fertilizantes, saúde animal, máquinas e implementos agrícolas, e indústria de alimentos.

Por fim, concluiu que as exportações do agronegócio cresceram consistentemente nas últimas décadas, resultado também de ganhos de produtividade e aumento do grau de complexidade de diversas cadeias produtivas. Entretanto, o cenário mundial atual é um pouco mais desafiador para acesso a novos mercados. É necessária uma visão estratégica e estruturada para inserção do agro brasileiro no mundo, com adição de valor e promoção da imagem dos produtos brasileiros e ganhos de eficiência, mas também com investimento em P, D&I.

4.18. Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

O Sr. Andre Nassar participou como representante da Cargill Brasil, mas também como Presidente da Abiove. Ele comentou basicamente sobre soja, e mostrou o aumento da participação da produção brasileira no complexo soja mundial: hoje 80% da produção são de Brasil, Argentina e Estados Unidos. O Presidente da Abiove explicou que a área plantada de soja ainda cresce por conta do aumento da demanda mundial, e que em casos como

a cultura do arroz, o aumento da produtividade tem sido suficiente para atender o crescimento da demanda.

São 217 mil produtores de soja, que armazenam a produção em 12 mil silos e armazéns, escoam em quatro ou cinco corredores de exportação por meio de dez a quinze portos. As empresas, as tradings, adquirem a produção ou parte dela antes do plantio a plantação ou concomitantemente com o seu início e fazem antecipações de recursos que são utilizados pelos produtores para o custeio da safra. O papel central desempenhado pelas comercializadoras inclui, também, a proteção contra a oscilação de preços nos mercados: muito antes da colheita, utilizando os mecanismos disponibilizados pelas comercializadoras, os produtores podem vender seus produtos por um preço fixo, sem correr riscos de oscilação.

Assim, grande parte do custeio da safra é realizado com recursos de terceiros. Dos recursos tomados de terceiros, 80% são de fontes privadas, e dos financiamentos bancários, 41% ocorre a juros livres.

Tabela 1 – Participação dos agentes no financiamento do custeio da soja das safras 2017/18 e 2018/19.

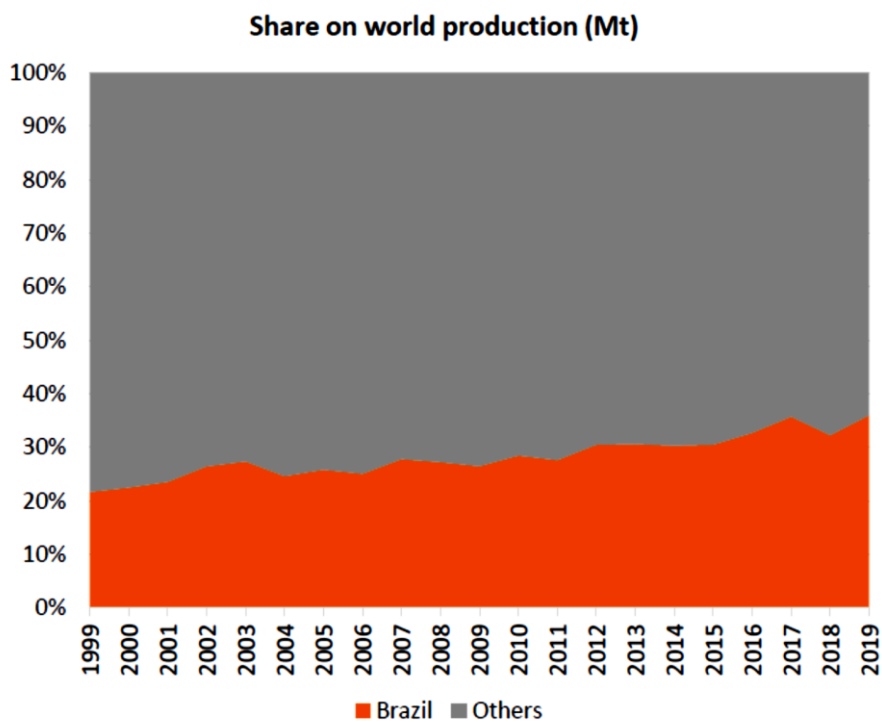
Safras	17/18		18/19	
Agentes do Mercado	% do total	Milhões de R\$	% do total	Milhões de R\$
Multinacionais*	35%	6.580	30%	5.912
Revendas	17%	3.159	19%	3.833
Sistema financeiro	15%	2.887	18%	3.548
Bancos com recursos federais	14%	2.555	13%	2.608
Recursos próprios	19%	3.480	20%	4.072
Total	100%	18.661	100%	19.973

*Multinacionais de agroquímicos, fertilizantes, sementes e grãos

Fonte: Imea

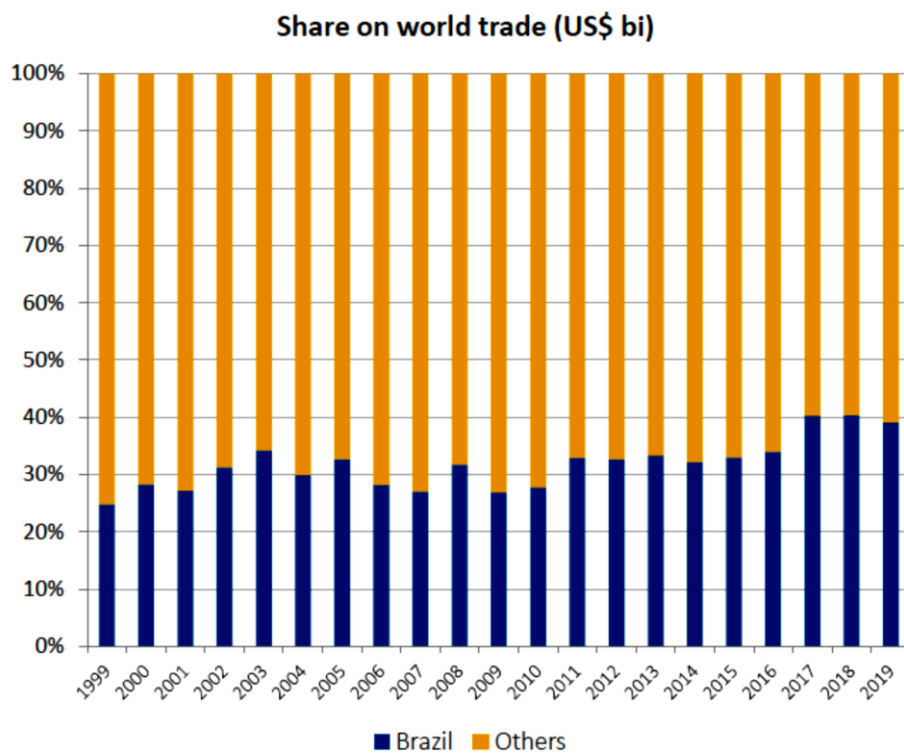
Argumentou que o País esmaga a maior parte da soja produzida, mas a China quer comprar o grão, e precisa autorizar as plantas para exportarem farelo, que possui valor agregado. Então há o desafio de negociar a venda do farelo. Metade do óleo de soja vai para o consumo doméstico, para produção do biodiesel; e a maior parte exportação também vai para os países asiáticos.

Participação na produção mundial



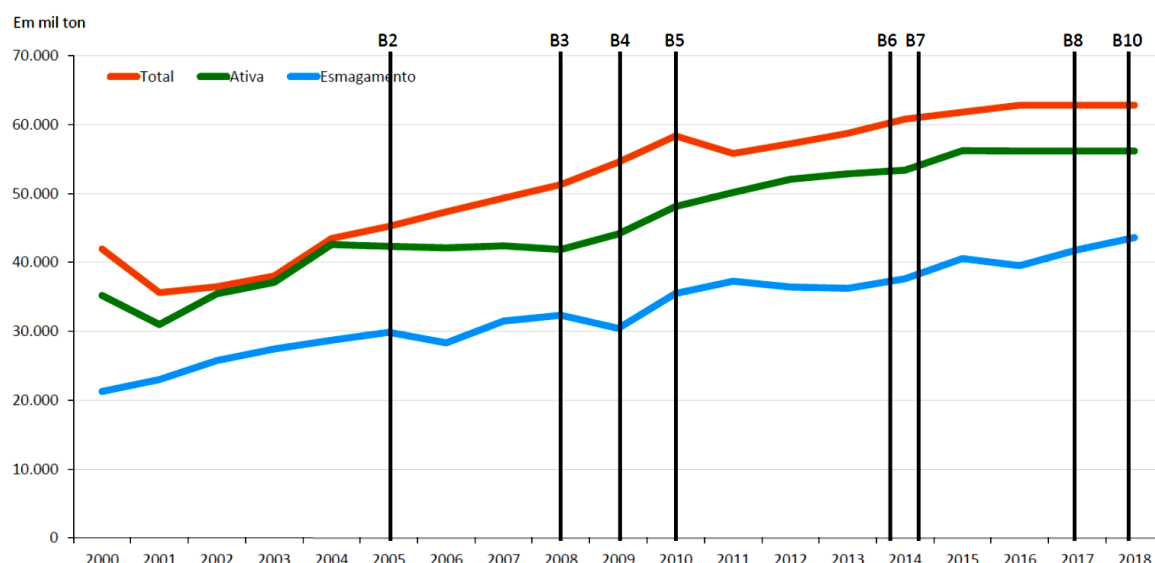
Fonte: ABIOVE

Participação no comércio mundial de soja



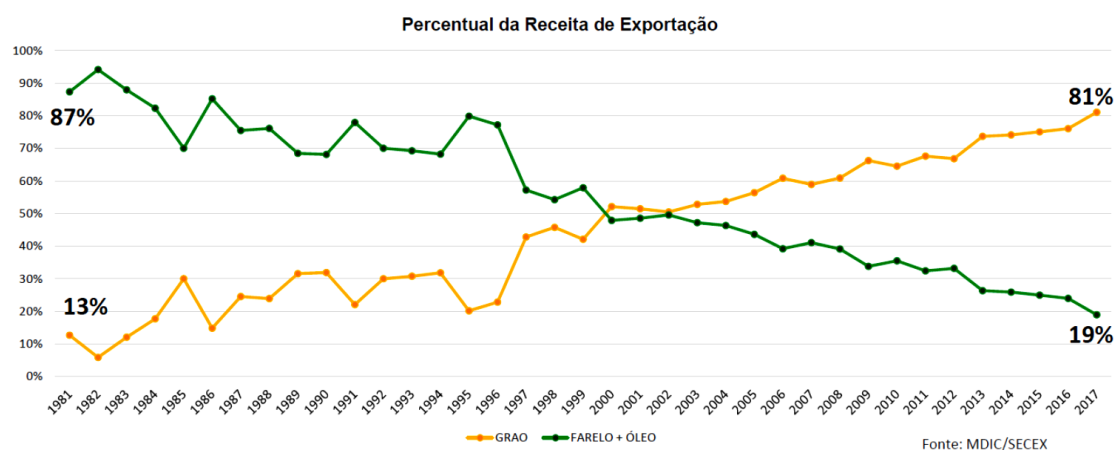
Fonte: ABIOVE

Evolução da Capacidade de Esmagamento



Fonte: ABIOVE

Desafio: aumentar as exportações de farelo e óleo



4.19. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

O MAPA retornou à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na terceira audiência pública, desta vez representado pela Diretora de Comércio e Negociações Comerciais Ana Lúcia Gomes, que informou que o maior exportador agrícola mundial, a União Europeia, é também um grande importador. Ano passado, ela importou US\$180 bilhões e exportou US\$167 bilhões. O perfil se repete com os norte-americanos, com os Estados Unidos, com a China. Todos os países não só importam muito, com número absoluto bastante alto, como também são deficitários na sua balança comercial do

agronegócio, o que não acontece com o Brasil, cujo superávit agrícola é bastante significativo.

O Brasil acordos celebrados com praticamente todos os países da América do Sul, o que gerou, propiciou o incremento das nossas exportações nos últimos anos. Os Acordos Regionais são:

- ACE-18 (Acordo Comercial do Mercosul)
- ACE-35 (Mercosul – Chile)
- ACE-36 (Mercosul – Bolívia)
- ACE-58 (Mercosul – Peru)
- ACE-59 (Mercosul – Equador)
- ACE-62 (Mercosul/Cuba)
- ACE-69 (Brasil – Venezuela: adesão ao MS)
- ACE-72 (Mercosul – Colômbia)
- ACE-53 (Brasil – México) e
- AAP-25 (Brasil – Guiana)

Na esfera extrarregional, o Mercosul tem acordos de livre comércio celebrados com Israel, com a Índia, com o Egito, com a Palestina (que ainda não está em vigor), e acordos menores com a Índia e com a Sacu (muito restritos na parte agrícola). Os Acordos Extrarregionais são:

- Mercosul-Israel
- Mercosul-Índia
- Mercosul-SACU
- Mercosul-Egito
- Mercosul-Palestina
- Mercosul – União Europeia e
- Mercosul – EFTA

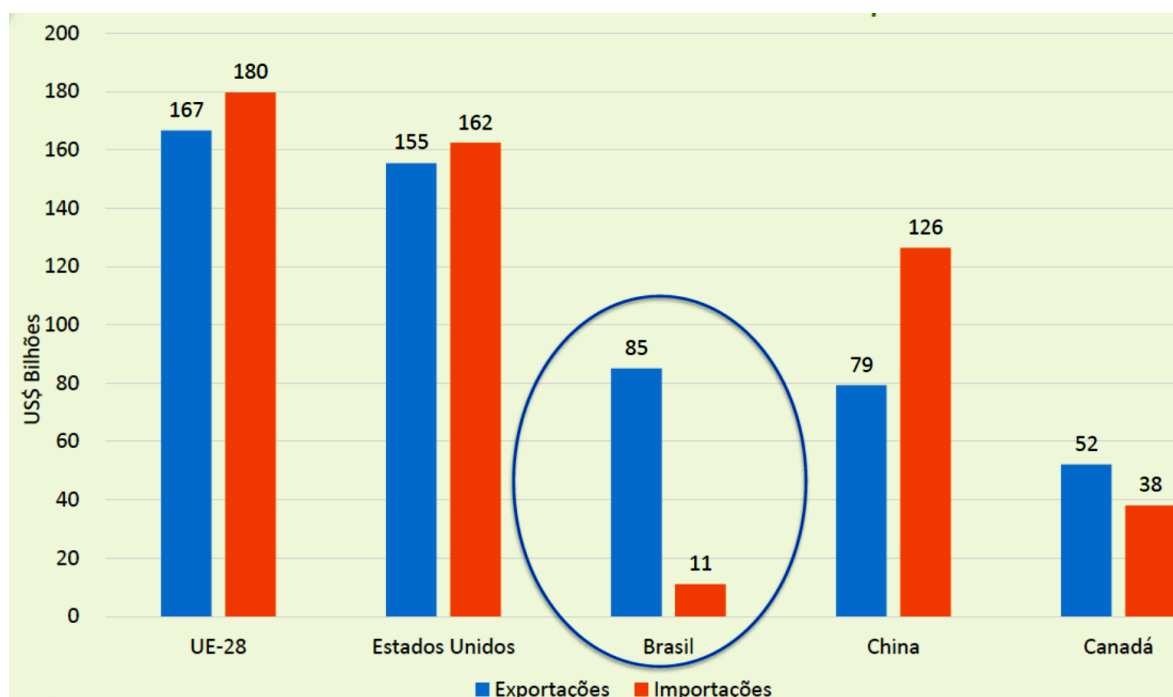
A União Europeia, explicou a convidada, é o maior importador e o maior exportador agrícola. Em 2018, a corrente comercial do bloco foi de 350 bilhões, e o Brasil é o terceiro maior exportador agrícola, tendo exportado no ano passado US\$85 bilhões. O Acordo Mercosul – União Europeia abre um mercado de 500 milhões de habitantes, com um PIB per capita de 33 mil, que importou, em 2018, 182 milhões em produtos agrícolas.

A União Europeia vai liberalizar 82% do comércio em até dez anos, o comércio agrícola, a oferta total, incluindo acessos espaciais. Incluídos aí cotas e preferências fixas –, o acesso é de 99% para as exportações brasileiras. Enquanto o Mercosul oferece livre comércio em dez anos para 79% das importações provenientes da União Europeia; 96%, num período mais amplo, de 15 anos, e 98%, juntando essas ofertas com cotas.

O Brasil ótimas ofertas para frutas, abacates, limões, melões, uvas frescas, que terão livre comércio tão logo entre em vigor o Acordo; fumo manufaturado, cujas alíquotas europeias podem chegar a 75%. Obteve-se preferência também para café torrado, para café solúvel. Havia uma disparidade muito grande para a tarifa aplicada para o café verde, que já tinha livre mercado. Com esses produtos, as frutas, o tabaco e o café, o País consegue um valor de importação da União Europeia de US\$13 bilhões em 2018, dos quais três já são fornecidos pelo Brasil. E as importações europeias dessa cesta representam quase que a totalidade das exportações brasileiras em 2017, que foram de US\$14 bilhões, ou seja, esse pequeno universo de que eu falei aqui demonstra o enorme potencial de acesso para a agricultura brasileira ao mercado europeu, que, quando do início das negociações, há exatos 20 anos, em 1999, representavam 46% das vendas e agora representam 16% das exportações agrícolas brasileiras.

O País conseguiu uma cota de 180 mil toneladas com tarifa de 0% para açúcar. E também uma cota de 180 mil toneladas para carne de aves, 99 mil toneladas para carne bovina, que representa 43% das exportações brasileiras para a Europa. Outras cotas também importantes foram ofertadas, para arroz, milho, mel, suco de laranja e para cachaça, que são produtos importantes da pauta exportadora brasileira. O Brasil conseguiu contemplar alguns tratamentos diferenciais para produtos mais críticos, como leite em pó, queijo, alho. Para esses produtos obteve-se cotas tarifárias permanentes. Para chocolate, outro produto muito sensível, foram acordadas cotas tarifárias temporárias durante o período de transição ao livre comércio. O setor vitivinícola foi ofertado em oito anos, mas foi possível excluir da oferta o vinho a granel, o mosto e o suco, que são muito importantes e sensíveis para o setor. Os espumantes também foram ofertados, mas terão um período de 12 anos até o livre comércio. O Governo está em negociação agora com o Canadá, com o Líbano e com a Tunísia. Coreia do Sul e Cingapura também serão os primeiros acordos que o País terá no continente asiático, que é um mercado de bastante interesse e prioridade para a agricultura brasileira.

Principais Exportadores Agrícolas – 2018 – US\$ bilhões

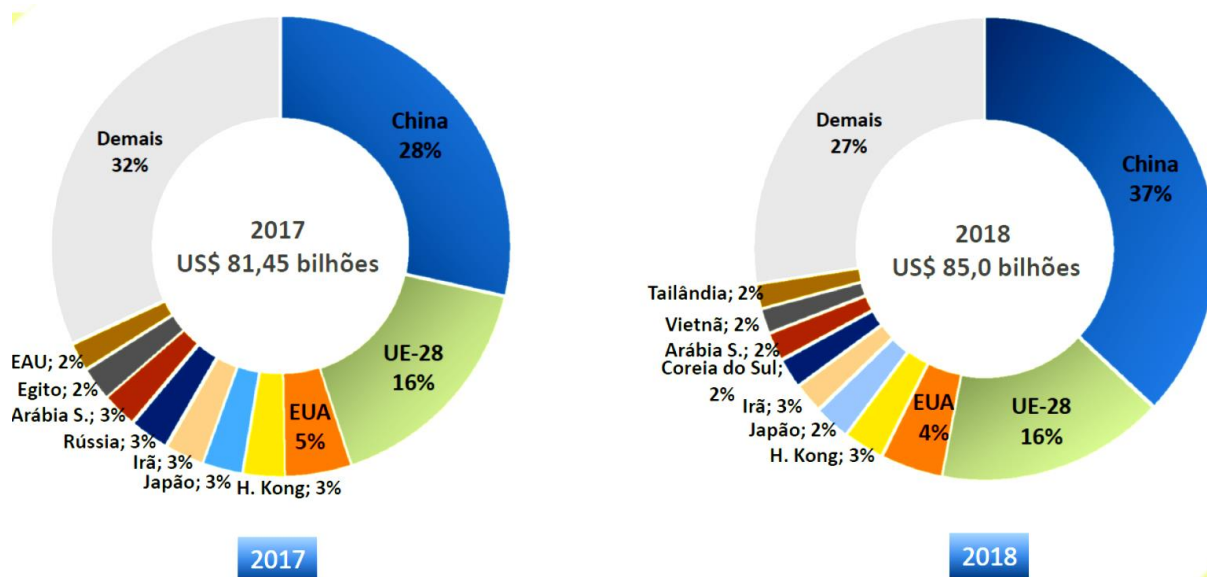


Fonte: Trademap. Elaboração SCRI/MAPA.

(1) Inclui produtos listados no Anexo 1 do Acordo Agrícola da OMC - 1994, incluído pescados.

(2) Exclui o intracomércio da UE-28. (3) Dados extraídos em julho/2019. Sujeitos a alteração.

Exportação Agrícola Brasileira por Principais Mercados 2017/2018



Fonte: AgroStat Brasil a partir dos dados da SECEX/ME.

Elaboração SCRI/MAPA.

4.20. Ministério das Relações Exteriores (MRE)

O MRE voltou à CRA, desta vez com a apresentação da Ministra Paula Aguiar Barboza, Coordenadora-Geral de Negociações Comerciais Extrarregionais, que explicou que em relação à política comercial brasileira, nos últimos anos, o Governo brasileiro vem analisando os fluxos comerciais internacionais e se dando conta de que esses fluxos internacionais se dão cada vez menos ao amparo da OMC e mais ao amparo de acordos bilaterais. Por exemplo, na década de 90, havia cerca de 70 acordos bilaterais, que respondiam por menos de 30% do fluxo comercial internacional. No final de 2010 o mundo já tinha 400 acordos comerciais que já davam conta de mais de 60% dos fluxos comerciais internacionais.

Após a terceira audiência pública, a Ministra Paula Barboza encaminhou estudo sobre as Negociações comerciais do MERCOSUL que, por oportuno e pelas valiosas contribuições, julgamos pertinente reproduzir integralmente como Anexo deste Relatório.

4.21. Ministério da Economia (ME)

Com a participação do Sr. João Luís Rossi, Subsecretário-Adjunto de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior, o Ministério da Economia voltou à CRA para trazer novas considerações. Ele ponderou que a abertura comercial também tem um gradualismo necessário para que as empresas possam se adequar e se ajustar à redução de tarifas.

Mas ressaltou que todos os países que conseguiram aumentar o seu nível de desenvolvimento, e crescer a sua economia foram países que se abriram para o mundo.

Posteriormente o Ministério da Economia encaminhou à CRA a relação de programas estratégicos de todas as suas secretarias. Muito embora os programas das demais secretarias, pela sua transversalidade, também contribuam para o desenvolvimento do agronegócio, e avaliamos ser pertinente apresentar, neste Relatório, os da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais –SECINT.

Projetos Estratégicos Ministeriais da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais –SECINT

<i>Projeto Estratégico Ministerial</i>	<i>Entregas</i>
Ampliação da Inserção Internacional da Economia Brasileira	Conclusão dos acordos Mercosul - EFTA e Mercosul - Canadá
	Desoneração da incidência de IOF no regresso de receitas de exportação
	Desoneração de Imposto de Renda na contratação de intermediadores de operações entre empresas exportadoras de serviços e seus clientes no exterior
	Estratégias MDBs para: - crown-in setor privado; - destravar investimento em infra; - doing business
	Início das negociações com EUA/UK/Japão
	Nova Camex
	Nova Importação: integração do Portal de todos os órgãos intervenientes
	Preparação e Acompanhamento do Processo de Acesso à OCDE
	Proposta de Reformulação da TEC (Tarifa Externa Comum)
	Retomada das Negociações do Mercosul - Coreia do Sul e Mercosul - México
	Conclusão do Portal Único de Comércio Exterior, módulos importação, exportação e trânsito aduaneiro
	Conclusão MCs-Ve
	Nova Cofix/Cipoi
	Projeção do "novo Brasil" nas principais plataformas econômicas
	Proposta Adesão GPA - <i>Government Procurement Agreement</i>
	Revisão das Tarifas de Importação para BIT e BK
SECINT/ME	

5. Conclusões

A avaliação da política de Comércio Internacional Agropecuário se revelou um enorme desafio para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, pela extensão do tema. São dezenas de cadeias produtivas com potencial de participação no comércio exterior, ou com posição já consolidada. Entretanto, mesmo essa consolidação possui ameaças e oportunidades.

O crescimento populacional mundial previsto para quase 10 bilhões de habitantes em 2050 apresenta desafios de segurança alimentar, essencial à paz mundial. Mas também significa que o Brasil possui a oportunidade, e o dever, pela disponibilidade de exploração de terras agricultáveis, sem que haja necessidade de aumentar o desmatamento de suas florestas, de produzir alimentos, fibras e energia para o mundo.

Esse aumento de produção não pode depender da expansão da área plantada, e deve ser calcado no aumento da produtividade, de forma sustentável, ou seja, proporcionando desenvolvimento socioeconômico do País e com respeito ao meio ambiente. Aliás, respeito esse que condicionará cada vez mais as demandas dos países e mercados importadores, cada vez mais exigentes com relação ao cumprimento da legislação ambiental e trabalhista.

A demanda crescente de exportações do Brasil e do Mercosul, não só para a China e União Europeia, representam oportunidades importantes para todas as categorias de produtores rurais, familiares e patronais, e suas representações, e demandam a organização das cadeias produtivas, por meio da adoção de melhores mecanismos de coordenação e governança, como os proporcionados pela Lei nº 13.288, de 2016, que trata dos contratos de integração vertical. Não obstante, o planejamento e a implementação efetiva de políticas públicas, em particular das políticas agrícolas, com marcos regulatórios já estabelecidos, é fundamental, tanto quanto o seu monitoramento, avaliação dos resultados e seu aperfeiçoamento. Muitas dessas políticas já foram avaliadas por esta Comissão, desde 2014, e foram apresentadas no início desse Relatório, embora demandem contínua reavaliação. Seus relatórios estão disponíveis na página na Internet da CRA.

Por outro lado, os desafios para a ampliação do comércio internacional agropecuário para o Brasil dependem, além da eficácia dos instrumentos e instituições governamentais de apoio, da parceria do Governo com as entidades privadas do setor agropecuário.

As apresentações nas audiências públicas enriqueceram esse Relatório com dados, informações, gráficos e imagens, que fornecem um amplo panorama, sem o intuito de esgotar o assunto, sobre o comércio internacional de produtos agropecuários e a participação brasileira. Mostraram, no entanto, que não bastam políticas de promoção comercial, uma vez que o País possui gargalos sérios quanto à infraestrutura, logística de transporte e armazenamento da produção, redução de entraves burocráticos e custos tributários, entre outros elementos apontados.

Devemos destacar que o Plano de Trabalho proposto para a avaliação da Política de Comércio Internacional Agropecuário, apresentado no item 3 deste Relatório, elencava uma série de instrumentos de apoio às exportações, boa parte deles atualmente sob responsabilidade do Ministério da Economia. No entanto, as considerações por parte dos convidados, a respeito do funcionamento e da eficácia desses instrumentos não foram suficientes para atender a plenitude dos objetivos desta proposição.

6. Encaminhamentos

Pelas razões expostas, proponho, como encaminhamento a esta Comissão, a aprovação de requerimentos de informação aos Ministérios da Economia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento cujas minutas seguem

anexas a este Relatório, para que possamos receber dados e informações especificamente sobre a implantação, utilização e eficácia dos instrumentos (ou ações) de apoio à política de comércio internacional, citados no Plano de Trabalho, e anexar as respostas a este Relatório oportunamente.

Este é o relatório que submetemos à aprovação dos nobres pares desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 2019

Senadora **Soraya Thronicke**, Presidente

Senador **Luis Carlos Heinze**, Relator

Anexo

Negociações comerciais do MERCOSUL
Subsídios para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal
Brasília, novembro de 2019

CGNCE/DEMIR, 05/11/2019.

- Introdução:

As negociações e acordos comerciais do MERCOSUL estão estruturados em dois relacionamentos: o intrarregional, com os países e blocos da América Latina e do Caribe, e o extrarregional, com os demais países e blocos do mundo.

- Relacionamento Intrarregional

Acordos intrarregionais vigentes:

O MERCOSUL, por meio de uma série de Acordos de Complementação Econômica (ACE) assinados no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), estabeleceu uma ampla rede de acordos de liberalização do comércio na região. Desde janeiro de 2019, com a conclusão do último cronograma de desgravação tarifária, no âmbito do ACE-58 (MERCOSUL-Peru), pode-se dizer que existe uma virtual zona ou área de livre comércio abrangendo a maior parte da América do Sul – a Guiana e o Suriname não são membros da ALADI.

Atualmente, 95% do comércio negociado entre os países sul-americanos da ALADI está totalmente desgravado, ou seja, conta com 100% de preferência tarifária. O comércio do Brasil com a região desempenha uma função estratégica, já que 80% das exportações brasileiras destinadas aos parceiros regionais são compostas por manufaturas, contrastando com o predomínio de *commodities* em nossas vendas para outros países.

- ACE-35: Acordo de livre comércio MERCOSUL-Chile. Inclui ampliação entre o Brasil e o Chile, assinada em 2018, atualmente em exame no Congresso Nacional;
- ACE-36: Acordo de livre comércio MERCOSUL-Bolívia;
- ACE-55: Acordo comercial MERCOSUL-México, regula o comércio bilateral no setor automotivo;
- ACE-58: Acordo de livre comércio MERCOSUL-Peru;
- ACE-59: Acordo de livre comércio MERCOSUL-Colômbia/Equador/Venezuela;
- ACE-62: Acordo comercial MERCOSUL-Cuba;
- ACE-72: Acordo de livre comércio MERCOSUL-Colômbia, que amplia o que estava estipulado no ACE-59;

- ACE-53: Acordo comercial entre Brasil e México para regular o comércio não automotivo. Limitado a cerca de 800 produtos, mas há negociações para sua ampliação para acordo de livre comércio, sobretudo com vistas à incorporação de produtos agropecuários.

Negociações sobre temas não tarifários:

Dada o estado de elevada desgravação tarifária na região, o Brasil, individualmente ou por meio do MERCOSUL, tem impulsionado a ampliação e complementação de seus acordos para temas não tarifários. A esse respeito, há dois casos a assinalar: o Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Chile e a aproximação entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico.

O Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Chile, assinado em 21/11/2018, na cidade de Santiago, está atualmente sob consideração do Congresso Nacional. O Acordo, que abrange 17 temas não tarifários, é o mais amplo acordo assinado pelo Brasil em temas regulatórios e poderá ser usado como modelo para outras negociações. Um dos principais benefícios desse Acordo é a adoção do *pre-listing*, mecanismo que agilizará e estimulará as exportações brasileiras de produtos de origem animal e vegetal.

Com a Aliança do Pacífico, o MERCOSUL possui agenda negociadora e de diálogo, concentrada em temas não tarifários. Essa aproximação, iniciada em 2014, passou a contar, em 2017, com uma agenda concreta (a “Hoja de Ruta”), estabelecida em nível ministerial e voltada para a cooperação em temas econômico-comerciais, como facilitação de comércio, integração produtiva e aproximação empresarial.

No ano de 2018, em Puerto Vallarta, México, foi realizada a primeira reunião presidencial entre os dois blocos, quando foram adotados uma Declaração Conjunta e um Plano de Ação. A Declaração de Puerto Vallarta reconheceu os avanços na execução da “Hoja de Ruta” e fixou o compromisso de continuar a “aprofundar a integração” por meio de um Plano de Ação com 13 temas, entre os quais facilitação de comércio, cooperação regulatória, facilitação de investimentos e eliminação das barreiras não tarifárias ao comércio. A declaração prevê, também, a possibilidade de se alcançar acordo-quadro de livre comércio entre os dois blocos.

A Aliança do Pacífico é a 5º parceira comercial do Brasil, com intercâmbio total de US\$ 27,6 bilhões (exportações: US\$ 15,85 bilhões; importações: US\$ 11,81 bilhões), somente superada por China, União Europeia, Estados Unidos e MERCOSUL (2018). Os dois agrupamentos respondem, juntos, por cerca de 90% do produto interno bruto e dos fluxos de investimento externo direto na região, bem como representam 80% da população regional, um mercado de quase 470 milhões de pessoas.

Negociações em fase exploratória:

Mais recentemente, o MERCOSUL iniciou contatos para a negociação de acordos de livre comércio com países da América Central e Caribe. A receptividade ao MERCOSUL nesses países tem sido muito positiva e há expectativa de negociação rápida. São economias relativamente pequenas, mas se revelam mercados mais significativos quando analisados de maneira agregada. São países que importam a maior parte do que consomem, pois tendem a concentrar a produção interna em uma pauta mais restrita.

- Relacionamento Extrarregional

MERCOSUL-União Europeia:

A negociação da parte comercial do Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia (UE) foi finalizada em reunião ministerial realizada nos dias 27 e 28 de junho de 2019, em Bruxelas, na Bélgica. O acordo é um marco histórico no relacionamento entre os dois blocos, que representam, juntos, cerca de 25% do PIB mundial e um mercado de 780 milhões de pessoas. No momento, o acordo está sendo revisado e traduzido para estar pronto para assinatura.

O acordo criará uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Pela sua importância econômica e a abrangência de suas disciplinas, é o acordo mais amplo e de maior complexidade já negociado pelo MERCOSUL. Cobre temas tanto tarifários quanto de natureza regulatória, como serviços, compras governamentais, facilitação de comércio, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias e propriedade intelectual.

Segundo estimativas do Ministério da Economia, o acordo MERCOSUL-UE representará um incremento do PIB brasileiro de US\$ 87,5 bilhões em 15 anos, podendo chegar a US\$ 125 bilhões se consideradas a redução das barreiras não tarifárias e o incremento esperado na produtividade total dos fatores de produção. O aumento de investimentos no Brasil, no mesmo período, será da ordem de US\$ 113 bilhões. Com relação ao comércio bilateral, as exportações brasileiras para a UE apresentarão quase US\$ 100 bilhões de ganhos até 2035.

Principais resultados no setor agrícola

No comércio agrícola, o MERCOSUL liberalizará 96% do volume de comércio e 94% das linhas tarifárias. A UE liberalizará 82% do volume de comércio e 77% das linhas tarifárias.

Produtos agrícolas de grande interesse do Brasil terão suas tarifas eliminadas, como café torrado e solúvel, fumo manufaturado e não manufaturado, abacates, limões e limas, melões e melancias, uvas de mesa, maçãs, peixes, crustáceos e óleos vegetais.

A UE concedeu quotas exclusivas para o MERCOSUL para carnes bovina, suína e de aves, açúcar, etanol milho e arroz e acesso a tarifas mais baixas para suco de laranja e cachaça. A administração das quotas dos produtos agrícolas ficará ao encargo do exportador.

Em matéria de propriedade intelectual, a principal novidade trazida pelo acordo foram as negociações em relação ao reconhecimento mútuo de indicações geográficas. Foram preservados os direitos dos produtores que se utilizavam dos termos de boa-fé; garantido aos setores prazo adequado para readequação de produção; e previstas atividades de cooperação em benefício dos produtores afetados.

Entre as 37 indicações geográficas brasileiras que serão protegidas na UE, estão termos que designam produtos icônicos como "Cachaça", queijo "Canastra" e os vinhos e espumantes do "Vale dos Vinhedos". O MERCOSUL reconheceu 355 indicações geográficas europeias. Os textos do acordo estão disponíveis em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20626-texto-do-acordo-mercosul-uniao-europeia>. O resumo informativo do acordo está disponível em http://www.itamaraty.gov.br/images/2019/2019_07_03_-_Resumo_Acordo_Mercosul_UE.pdf.

MERCOSUL-EFTA:

As negociações MERCOSUL-EFTA (bloco integrado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein) foram concluídas ao final da décima rodada negociadora, em 23/08/2019, em Buenos Aires. Teve início, em seguida, o processo de revisão legal dos textos do acordo, para que esteja pronto para assinatura. O acordo estabelece compromissos de desgravação tarifária e de natureza regulatória, como nas áreas de serviços, investimentos, compras governamentais, facilitação de comércio, cooperação aduaneira, barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, defesa comercial, concorrência, desenvolvimento sustentável, regras de origem e propriedade intelectual.

Com a entrada em vigor do acordo, o Brasil contará com a eliminação imediata, pelos países da EFTA, das tarifas aplicadas à importação de 100% do universo industrial. O acordo também proporcionará acesso preferencial para os principais produtos agrícolas exportados pelo Brasil, com a concessão de acesso livre de tarifas, ou por meio de quotas e outros tipos de concessões parciais. Serão abertas novas oportunidades comerciais para carne bovina, carne de frango, milho, farelo de soja, melaço de cana, mel, café torrado, frutas e sucos de frutas.

Segundo estimativas do Ministério da Economia, o acordo MERCOSUL-EFTA representará um incremento do PIB brasileiro de US\$ 5,2 bilhões em 15 anos. Estima-se um aumento de US\$ 5,9 bilhões e de US\$ 6,7 bilhões nas exportações e nas importações totais brasileiras, respectivamente, totalizando um aumento de US\$ 12,6 bilhões na corrente comercial brasileira. Espera-se um incremento substancial de investimentos no Brasil, da ordem de US\$ 5,2 bilhões, no mesmo período.

O resumo informativo do acordo está disponível em http://www.itamaraty.gov.br/images/MERCOSUL-EFTA/2019_09_03_-_Acordo_Mercosul_EFTA-2.pdf.

MERCOSUL-Coreia do Sul:

As negociações para um acordo de livre comércio entre MERCOSUL e Coreia do Sul foram lançadas em maio de 2018, e a I Rodada de Negociações realizou-se em setembro de 2018,

em Montevidéu. Até o momento, já foram realizadas quatro rodadas negociadoras, a última delas em outubro de 2019, e já foram intercambiadas as ofertas iniciais de acesso ao mercado de bens e de compras governamentais.

Entre os principais desafios do processo negociador com a Coreia estão a alta competitividade do país nos setores automotivo, eletroeletrônico, têxtil e de máquinas e equipamentos, combinada a seu forte protecionismo no setor agrícola, que se traduz em picos tarifários, uso de salvaguardas especiais agrícolas e resistência a compromissos em matéria sanitária.

Em seus acordos de livre comércio, a Coreia do Sul chega a conceder quotas com tarifas que variam de 0% a 50%. A Coreia do Sul consolidou 90,1% de suas linhas tarifárias na OMC, o que traz certa imprevisibilidade ao regime tarifário aplicado às linhas não consolidadas. A tarifa média aplicada a produtos agrícolas alcançou 60% em 2016, e é nove vezes maior que a média das tarifas dos produtos não agrícolas. As quotas são utilizadas e administradas por empresas estatais de comércio.

Em 2018, a Coreia do Sul manteve-se entre os dez principais parceiros comerciais do Brasil, com intercâmbio comercial de US\$ 8,8 bilhões. As exportações brasileiras alcançaram US\$ 3,4 bilhões. Os principais produtos exportados foram farelo de soja, minérios de ferro, minérios de soja, etanol, milho em grãos, celulose e soja. As importações brasileiras totalizaram US\$ 5,3 bilhões.

MERCOSUL-Canadá:

O lançamento formal das negociações Mercosul-Canadá realizou-se em março de 2018. Trata-se de negociação complexa, que envolve mais de 20 grupos negociadores. Até o momento, foram organizadas sete rodadas negociadoras, a última delas em agosto de 2019.

O Canadá tem seu comércio amplamente liberalizado e espera ser correspondido por seus parceiros comerciais: nos acordos de livre comércio que o Canadá já firmou com países em desenvolvimento, alcançou nível paritário de cobertura em acesso a mercado de bens de 98%, com algumas concessões em matéria de períodos de desgravação – em tais acordos, os países em desenvolvimento teriam prazo maior do que o Canadá para zerar as tarifas de importação dos produtos que ofertaram. As sensibilidades agrícolas do Canadá constituem um dos principais desafios da negociação.

Nesse contexto, destacam-se produtos agrícolas sujeitos ao sistema nacional de administração de oferta (“supply management system”), sobre os quais incidem picos tarifários, como carne bovina, carne de aves, ovos, lácteos e açúcar. O Canadá estabeleceu quotas preferenciais e na OMC (“erga omnes”) para 159 linhas tarifárias, todas agrícolas.

Para um terço dos beneficiários de tarifas intraquota preferenciais do Canadá, incluindo os Estados Unidos e o Chile, há completa isenção de direitos aduaneiros; enquanto a tarifa intraquota média é de cerca de 2,5% no que diz respeito a outros parceiros em acordos de livre comércio ou às quotas “erga omnes”. Além dos limites das quotas, aplicam-se tarifas proibitivas, como medida de proteção aos produtores canadenses. Quotas suplementares podem ser criadas temporariamente para suprir necessidades ocasionais de abastecimento

interno. Uma das indústrias protegidas são as usinas açucareiras da província de Alberta, cuja produção é pequena e pouco competitiva em comparação com a brasileira.

O Canadá recentemente deu início a exercício abrangente de consultas para revisão de seu sistema de administração de oferta de produtos agrícolas, a ser concluído em 2020. Novo sistema de administração de oferta, que pode redundar em quotas ampliadas para a importação de produtos agrícolas, entrará em vigor em 2021. Tal exercício poderá ter repercussões nas negociações entre o MERCOSUL e o Canadá.

MERCOSUL-Singapura:

De acordo com o perfil tarifário de Singapura na OMC, todas as tarifas de Nação Mais Favorecida aplicadas pelo país atualmente estão zeradas, exceto por oito linhas tarifárias relacionadas a bebidas alcóolicas e por alguns poucos itens proibidos de importação - em 2017, Singapura permitiu o ingresso "duty-free" de 99,8% dos produtos agrícolas e de 100% dos bens industriais. Por ora, foi realizada uma rodada de negociações. Prevê-se a troca das ofertas iniciais de acesso a mercados de bens pouco antes da II Rodada, a ser realizada no primeiro semestre de 2020. Previamente à II Rodada, estão sendo realizadas reuniões por videoconferência para avançar em entendimentos sobre textos normativos.

Em 2018, as exportações do Brasil para Singapura atingiram cifra superior a US\$ 3,5 bilhões, ao passo que as importações de produtos oriundos do país asiático montaram a cerca de US\$ 645 milhões, com superávit brasileiro de quase US\$ 3 bilhões. O Brasil exportou, sobretudo, óleos combustíveis (40% das exportações) e partes de motores e turbinas de aviação (17%), enquanto importou, principalmente, circuitos integrados e microcircuitos (30%), pesticidas (16%) e medicamentos para humanos e animais (10%).

MERCOSUL- Líbano:

Quase 90% das exportações brasileiras para o Líbano em 2018 corresponderam a produtos básicos, especialmente carnes bovina e de aves, bovinos vivos, café e milho em grãos. Paralelamente, cerca de 90% das importações corresponderam a adubos e fertilizantes. Em nota técnica elaborada em outubro de 2014, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) constatou que o Líbano adotava tarifas superiores a 15% para produtos agrícolas, enquanto a tarifa média geral aplicada pelo país a suas importações era de cerca de 5%, o que revelaria certo protecionismo no setor agrícola. Ao reduzir essas tarifas, eventual acordo de livre comércio facilitaria a entrada de produtos agrícolas brasileiros no Líbano. Segundo o MAPA, haveria grande potencial de crescimento no comércio com o Líbano para as exportações brasileiras de bovinos vivos, milho, trigo, preparados alimentícios, açúcar, lácteos, soja e arroz. Outro potencial benefício seria a redução de tarifas sobre fertilizantes agrícolas importados do Líbano.

Em outubro de 2019, foi realizada a I Rodada Negociadora em Beirute. A alta complementariedade entre as economias brasileira e libanesa, aliada ao fato de se tratar de acordo de baixa sensibilidade interna e no MERCOSUL, favoreceram o avanço das negociações. Foi possível concluir 80% dos textos normativos. No momento, aguarda-se

reação do Líbano a proposta do MERCOSUL de modalidades para oferta de acesso a mercado de bens.

Acordos extrarregionais vigentes:

No âmbito extrarregional, o MERCOSUL já assinou Acordos de Livre Comércio com Israel (2007), o Egito (2010) e a Palestina (2011), bem como Acordos de Comércio Preferencial com a União Aduaneira da África Austral – SACU (2008) e a Índia (2004). Somente o Acordo com a Palestina não se encontra vigente.